1. Contexto operacional

A Forjas Taurus S.A. ("Companhia") é uma das maiores fabricantes de armas leves do mundo. Possui sede em São Leopoldo/RS, sendo uma companhia brasileira de capital aberto há mais de 30 anos, e desde 2011, listada no Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA (símbolos de negociação são FJTA3, FJTA4).

A Companhia atua nos segmentos de Armas e Acessórios, Capacetes e Acessórios, Containers e Plásticos e M.I.M. (Metal Injection Molding), possuindo 4 plantas industriais, 3 delas no Brasil, situadas no Rio Grande do Sul, no Paraná e na Bahia, e uma em Miami, nos Estados Unidos.

No Brasil, as vendas são direcionadas para polícias estaduais, federais, civis e militares, além do mercado civil. A Taurus é credenciada como EED – Empresa Estratégica de Defesa – e desta forma, está habilitada a fornecer produtos para as Forças Armadas do Brasil.

No exterior, além de distribuir produtos das marcas TAURUS e ROSSI produzidos no Brasil, a unidade de Miami fabrica modelos de pistolas TAURUS e revólveres HERITAGE. As exportações atendem, principalmente, o mercado civil americano e órgãos governamentais nas demais regiões.

Continuidade operacional

Em 2016 foi transferida a operação de Porto Alegre para São Leopoldo, unificando toda a produção de armas em uma única planta industrial. O processo de produção foi totalmente remodelado, passando de um modelo de produção artesanal para um modelo de linha de produção com maior sinergia, elevação do nível de produção e melhoria da qualidade dos produtos. Para este resultado foi fundamental, ainda, a implementação do sistema operacional ERP SAP, integrando processos de produção, de controles de estoques e de gestão financeira, fiscal e contábil.

Com relação ao mercado, a demanda para os produtos da Companhia continua bastante aquecido, especialmente nos EUA, principal destino das exportações.

A receita líquida consolidada da Companhia, em 2016, ficou em R\$ 830,3 milhões, leve crescimento de 0,8% em relação à 2015, resultado ofuscado pela estratégia, principalmente nos primeiros meses do ano, de trabalhar com um mix de produtos de preços mais competitivos e maior giro de estoque, além da prioridade ao atendimento do mercado americano, de forma a suportar o gerenciamento de caixa do período, que foi um desafio constante em 2016. Além disso o segmento de Capacetes também se mostrou bastante desafiador em 2016. O fraco desempenho da economia, aliado aos altos índices de desemprego e ao recuo nas vendas de motocicletas fez com que esse segmento registrasse contração de 10% em suas vendas.

Do lado financeiro, a Companhia concluiu, em dezembro de 2016, o processo de reperfilamento de dívida, com a efetivação dos respectivos desembolsos. Dessa forma, US\$ 150,7 milhões em dívidas que venciam no curto prazo foram liquidadas e, as novas linhas de crédito começam a ser amortizadas no longo prazo, como refletido nessas demonstrações financeiras. O prazo total dos novos contratos de empréstimos é de 5 anos, com 2 anos de carência para início do pagamento do principal, importante para a gestão de caixa da Companhia nos próximos anos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações.

b) Declaração da administração

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas em sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2017.

2.2. Base de consolidação

		Participa	ção societária
	País	31-12-2016	31-12-2015
Taurus Blindagens Ltda.*	Brasil	100,00%	100,00%
Taurus Blindagens Nordeste Ltda.*	Brasil	100,00%	100,00%
Taurus Holdings, Inc.	Estados Unidos	100,00%	100,00%
Taurus Security Ltda.	Brasil	-	100,00%
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.*	Brasil	100,00%	100,00%
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.*	Brasil	100,00%	100,00%
Famastil Taurus Ferramentas S.A.**	Brasil	-	35,00%
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. *	Brasil	100,00%	100,00%
T. Investments Co. Inc.***	Panamá	100,00%	100,00%
Taurus Plásticos Ltda.****	Brasil	100,00%	-

^(*) As participações apresentadas representam o percentual detido pela Companhia, direta e indiretamente, no capital das controladas.

^(**) Não consolidado. Em 02 de junho de 2016 a participação acionária na Famastil Taurus Ferramentas S.A. foi alienada.

^(***) Em 24 de abril de 2015 foi fundada, com sede no Panamá, a T.Investments Co. Inc., cujo objetivo principal é a gestão dos investimentos internacionais da Forjas Taurus S.A.. A Forjas Taurus S.A. é detentora de 100% do capital da T. Investments Co. Inc..

^(****) Em 05 de janeiro de 2016 houve a cisão parcial da Taurus Blindagens Ltda resultando na Taurus Plásticos Ltda.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado segue a sua natureza, complementado pela eliminação do seguinte:

- Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;
- Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas;
- Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas; e
- Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável do ativo.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas sediadas no Brasil. A moeda funcional da controlada Taurus Holdings, Inc., sediada nos Estados Unidos da América, e da controlada T. Investments Co. Inc., sediada no Panamá é o Dólar norte-americano e seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e seus resultados são convertidos pela taxa de câmbio média mensal. As diferenças cambiais resultantes do processo de conversão da controlada no exterior são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no patrimônio líquido.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as informações sobre incertezas, premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: 10 - Estoques (Provisão para Perda de Estoques), 13 - Imposto de renda e contribuição social, 14 - Propriedade para investimento, 16 - Imobilizado (impairment), 17 - Intangível (impairment), 23 - Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários e 24 - Instrumentos financeiros.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração

de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu controles relacionados à mensuração de valor justo que contempla a avaliação periódica dos dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

4. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão apresentadas nesta seção.

Práticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras. As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pelas empresas investidas da Companhia.

a) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

Estes ativos estão classificados na categoria de empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, ajustados por qualquer perda por redução ao valor recuperável.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures não conversíveis, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar. Esses passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo na data de cada balanço, e as variações no valor justo são registradas ao resultado.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

(iv) Redução ao valor recuperável (Impairment)

A Companhia e suas controladas avaliam nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

b) Demonstrações de valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

c) Novas normas, interpretações e revisões de normas não vigentes

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma *antecipada*.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

(ii) Venda de produtos

Para vendas de produtos, as receitas são atualmente reconhecidas quando as mercadorias são entregues na localidade do cliente, considerado como o momento em

que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da administração com os produtos.

De acordo com a IFRS 15, a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle dos produtos. Se não for possível fazer uma estimativa razoável das potenciais devoluções de mercadorias, quando permitidas, o reconhecimento da receita é diferido até que o período de devolução expire ou até que uma estimativa razoável das devoluções possa ser feita.

De acordo com a IFRS 15, a receita para esses contratos será reconhecida à medida que seja provável que não ocorra uma reversão significativa no valor da receita acumulada. Consequentemente, para os contratos em que a Companhia não for capaz de fazer uma estimativa razoável das devoluções, espera-se que receitas sejam reconhecidas antes do período de devolução expirar ou de que seja possível realizar uma estimativa razoável. Um passivo de reembolso e um ativo para recuperação serão reconhecidos para esses contratos e serão apresentados separadamente no balanço patrimonial.

(iii) Transição

A Companhia adotará a IFRS 15 em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e pretende utilizar a abordagem retrospectiva. Como resultado, a Companhia aplicará todos os requerimentos da IFRS 15 a cada período comparativo apresentado ajustando suas demonstrações financeiras anteriormente apresentadas.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

A Companhia está atualmente realizando uma avaliação detalhada do impacto resultante da aplicação da IFRS 15 e espera divulgar informações quantitativas adicionais antes da adoção da norma.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos

financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas. A Companhia está atualmente realizando uma avaliação detalhada do impacto resultante da aplicação da IFRS 15 e espera divulgar informações quantitativas adicionais antes da adoção da norma.

(i) Classificação - Ativos Financeiros

A IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

A IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com a IFRS 9, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação.

(ii) Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais

A IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com a IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório;

Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data de relatório tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data de relatório. No entanto, a mensuração de perdas de crédito

esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; uma entidade pode optar por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com uma componente de financiamento significativo.

A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável deverão aumentar e tornar-se mais voláteis para os ativos no modelo da IFRS 9. A Companhia ainda não finalizou a metodologia de perda por redução ao valor recuperável que aplicará no âmbito da IFRS 9.

(iii) Classificação - Passivos Financeiros

A IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

O valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em ORA; e

O valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

(iv) Contabilidade de hedge

Na aplicação inicial da IFRS 9, a Companhia pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de hedge da IAS 39 em vez dos novos requerimentos da IFRS 9. A Companhia está avaliando a aplicação dos requerimentos da IFRS 9.

A IFRS 9 exigirá que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia e que a Companhia aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. A IFRS 9 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de hedge e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de hedge. De acordo com o novo modelo, é provável que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um hedge de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não-financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de hedge. Atualmente, a Companhia não realiza hedge de tais componentes de risco.

A Companhia utiliza contratos de câmbio a termo para proteger a variabilidade dos fluxos de caixa decorrente de alterações nas taxas de câmbio relativas a empréstimos, recebíveis, vendas e compras de estoques em moeda estrangeira.

A Companhia designa apenas mudanças no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de hedge nas relações de hedge de fluxo de caixa. De acordo com a IAS 39, mudanças no valor justo do elemento futuro dos contratos de câmbio a termo são reconhecidas imediatamente no resultado.

Com a adoção da IFRS 9, a Companhia poderá optar para contabilizar mudanças no valor justo do elemento futuro separadamente, como custo de hedge. Nesse caso, essas mudanças seriam reconhecidas em ORA e acumuladas em uma reserva de custo de hedge como um componente separado dentro do patrimônio líquido e contabilizadas posteriormente da mesma forma que os ganhos e perdas acumulados na reserva de hedge de fluxo de caixa.

De acordo com a IAS 39, para todos os hedges de fluxo de caixa, os valores acumulados nas reservas de hedge de fluxo de caixa são reclassificados para o resultado no mesmo período em que os fluxos de caixa esperados do objeto de hedge afetam o resultado. Contudo, de acordo com a IFRS 9, para hedges de fluxo de caixa para o risco de moeda estrangeira associados à compras previstas de ativos não-financeiros, os valores acumulados na reserva de hedge de fluxo de caixa e na reserva de custo de hedge serão incluídos diretamente no custo inicial do ativo não-financeiro quando este for reconhecido.

(v) Divulgações

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A Companhia está avaliando a implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

(vi) Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

A Companhia pretende aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1 de janeiro de 2018.

Os novos requerimentos de contabilidade de hedge devem ser aplicados prospectivamente. No entanto, a Companhia poderá optar por aplicar a alteração esperada na contabilização das mudanças no valor justo do elemento a termo dos contratos de câmbio retroativamente. A Companhia não tomou qualquer decisão relativa a esta opção.

As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial:

A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido. A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a VJR.

A designação de determinados investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação como VJORA.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A Companhia iniciou uma avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras. A Companhia está avaliando a utilização de isenções opcionais.

(i) Determinar se um contrato contém um arrendamento

A Companhia possui contratos de arrendamentos de imóveis, onde opera.

Na transição para a IFRS 16, a Companhia pode optar por:

Aplicar a definição de um contrato de arrendamento da IFRS 16 para todos os seus contratos;

Aplicar um expediente prático e não reavaliar se um contrato é, ou contém, um arrendamento.

A Companhia está avaliando se aplicará o expediente prático e o potencial impacto em suas demonstrações financeiras, e se isso afetará o número de contratos identificados como arrendamento na transição.

(ii) Transição

Como arrendatário, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma:

Abordagem retrospectiva; ou

Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos. O Grupo deve aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019. A Companhia ainda não determinou qual a abordagem de transição irá aplicar.

A Companhia ainda não quantificou o impacto da adoção da IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção da IFRS 16 dependerá

especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de reconhecimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que a Companhia celebrará. A Companhia espera divulgar sua abordagem de transição e informações quantitativas antes da adoção.

Outras alterações

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.

Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso de o CPC e a CVM manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia também entende que não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia. A Administração pretende adotar tais medidas quando as mesmas se tornarem aplicáveis à Companhia.

5. Gerenciamento de risco financeiro

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

5.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de

investimento. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras, consideradas pela Administração, como instituições de baixo risco.

Contas a receber de clientes e outros créditos

A Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Para a receita da Companhia não há concentração de vendas para um único cliente, não havendo concentração de risco de crédito.

As aprovações de crédito são analisadas individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento e entrega da Companhia serem oferecidos. Esta análise inclui avaliações externas, em alguns casos referências bancárias. Os limites de compras são estabelecidos para cada cliente, que representam o montante máximo em aberto sem exigir a aprovação de crédito; estes limites são revisados trimestralmente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido pela Companhia somente poderão operar quando houver a liquidação dos títulos. Para órgãos públicos a Administração da Companhia avalia individualmente a capacidade de pagamento e os requisitos licitatórios para realização da venda. A demonstração consolidada exclui as transações entre as partes relacionadas, e, excluídas essas transações, a Companhia não tem clientes que individualmente representem mais que 5% das vendas.

No monitoramento do risco de crédito dos clientes, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são pessoa física ou jurídica, varejista ou órgãos públicos, localização geográfica, tipo de indústria e existência de dificuldades financeiras anteriores.

Exposição a riscos de crédito

A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Consolidado		Controladora	
Va	lor contábil	Val	or contábil
2016	2015	2016	2015
150.197	192.076	45.701	71.152
26.708	60.312	1.313	15.822
3.186	34.626	2.982	16.081
	6.920		6.920
180.091	293.934	49.996	109.975
	Va 2016 150.197 26.708 3.186	Valor contábil 2016 2015 150.197 192.076 26.708 60.312 3.186 34.626 6.920	Valor contábil Valor 2016 2015 2016 150.197 192.076 45.701 26.708 60.312 1.313 3.186 34.626 2.982 6.920

A exposição máxima ao risco de crédito para recebíveis de clientes na data do relatório por região geográfica foi:

	Consolidado Valor contábil		Controladora		
			Valor contábil		
	2016	2015	2016	2015	
Doméstico – recebíveis de clientes	56.631	74.218	36.093	68.341	
Estados Unidos – recebíveis de clientes	101.178	129.969		-	
Outros	24.258	17.311	22.577	14.897	

Total 182.067 221.498 58.670 83.238

A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis na data do relatório por tipo de contraparte foi:

	C	Consolidado Valor contábil		Controladora		
	Va			or contábil		
	2016	2015	2016	2015		
Clientes – órgãos públicos	19.511	20.019	17.228	17.667		
Clientes – distribuidores	149.996	184.199	32.032	50.872		
Clientes finais	12.560	17.280	9.410	14.699		
Total	182.067	221.498	58.670	83.238		

Perdas por redução no valor recuperável

A Companhia e suas controladas estabelecem uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas com relação às contas a receber de clientes, outros créditos e investimentos. O vencimento dos empréstimos e recebíveis concedidos na data das demonstrações financeiras foi:

				Consolidado
	Bruto	Bruto	Impairment	Impairment
	2016	2015	2016	2015
Não vencidos	103.739	132.061		-
Vencidos há 0-30 dias	32.981	55.021		(485)
Vencidos há 31-360 dias ⁽¹⁾	25.322	18.213	(8.846)	(10.372)
Vencidos há mais de um ano	23.025	16.203	(23.024)	(18.565)
Total	182.067	221.498	(31.870)	(29.422)

(1) Parcela substancial dos valores atrasados refere-se a vendas a órgãos públicos com atrasos médios de pagamentos de até 90 dias, considerado usual pela Administração da Companhia para clientes do setor público.

				Controladora
	Bruto	Bruto	Impairment	Impairment
	2016	2015	2015	2015
Não vencidos	19.195	55.215		-
Vencidos há 0-30 dias	8.680	10.693		(353)
Vencidos há 31-360 dias ⁽¹⁾	24.324	12.070	(6.498)	(6.473)
Vencidos há mais de um ano	6.471	5.260	(6.471)	(5.260)
Total	58.670	83.238	(12.969)	(12.086)

⁽¹⁾ Parcela substancial dos valores atrasados refere-se a vendas a órgãos públicos com atrasos médios de pagamentos de até 90 dias, considerado usual pela Administração da Companhia para clientes do setor público.

5.2 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas monitoram suas exigências de fluxo de caixa operacional, isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais

A seguir, estão apresentados os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

					Con	solidado
						2016
		Fluxo de				Acima
	Valor	caixa	Até	1-2	2-5	de
	Contábil	contratual	1 ano	anos	anos	5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores	128.712	128.712	128.712			
Empréstimos e financiamentos	599.668	791.409	29.742	151.355	592.477	17.835
Debêntures	68.444	144.442	537	24.099	119.807	-
Adiantamentos de câmbio	28.065	31.507	-	31.507	-	-
Adiantamento de recebíveis	6.136	6.136	6.136	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos						
Instrumentos derivativos (passivos)	543	543	543			
	831.568	1.102.749	165.670	206.961	712.284	17.835

						2015
		Fluxo de				
	Valor	caixa	Até	1-2	2-5	Acima de
	Contábil	contratual	1 ano	anos	anos	5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores	81.224	81.224	81.224	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	411.842	463.387	232.419	168.051	39.518	23.399
Debêntures	127.863	156.777	111.339	45.438		
Adiantamentos de câmbio	191.948	206.686	206.686	-	-	-
Adiantamento de recebíveis	54.589	54.589	54.589	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos						
Instrumentos derivativos (ativos)	(6.920)	(6.920)	(6.920)	-	-	-
Instrumentos derivativos (passivos)	<u>956</u>	<u> </u>	` 956	-	-	_
	861.502	956.699	680.293	213.489	39.518	23.399

Consolidado

					Cont	roladora
						2016
		Fluxo de				Acima
	Valor	caixa	Até	1-2	2-5	de
	Contábil	contratual	1 ano	anos	anos	5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores	125.076	125.076	125.076	-	-	
- Empréstimos e financiamentos	498.431	679.369	23.210	146.797	509.362	-
Debêntures	68.444	144.442	537	24.099	119.807	-
Adiantamentos de câmbio	28.065	31.507	-	31.507	-	-
Adiantamento de recebíveis	6.136	6.136	6.136	-	-	-
	726.152	986.530	154.959	202.403	629.169	-

					Con	troladora
						2015
		Fluxo de				Acima
	Valor	caixa	Até	1-2	2-5	de
	Contábil	contratual	1 ano	anos	anos	5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores	119.075	119.075	119.075	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	285.703	323.892	211.891	88.395	23.596	10
Debêntures	127.863	156.777	111.339	45.438	-	-
Adiantamentos de câmbio	191.948	206.686	206.686	-	-	-
Adiantamento de recebíveis	969	969	969	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos						
Instrumentos derivativos (ativos)	(6.920)	(6.920)	(6.920)	-	-	-
	718.638	800.479	643.040	133.833	23.596	10

5.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, afetem os resultados da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos e também cumprem com obrigações financeiras para gerenciar os riscos de mercado. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

(i) Risco de moeda (cambial)

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia.

Em geral, a Companhia busca proteger sua exposição esperada de moeda estrangeira com relação às vendas previstas.

Análise de sensibilidade

O cenário-base provável para 2017, foi definido através de premissas disponíveis no mercado (fonte: Focus Banco Central do Brasil) e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas do cenário previsto para 2017 e as vigentes em 2016.

A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre variações cambiais consideradas no cenário provável.7

				Cenário	Cenário
		Taxa	Cenário	possível	remoto
Moedas e índices	_	2017	provável	∆ 25%	∆ 50%
Dólar norte americano	Baixa	3,26	3,48	2,61	1,74
Dólar norte americano	Alta	3,26	3,48	4,35	5,22

Sensibilização da variação da moeda estrangeira:

				Consolidado	
				Cenário	Cenário
		Saldo	Cenário	possível	remoto
		em 2016	provável	(25%)	(50%)
Ativo - Baixa do dólar					
Contas a receber	Dólar - USD	34.078	2.310	(7.294)	(17.568)
Passivo - Alta do dólar					
Empréstimos e financiamentos	Dólar - USD	(185.268)	(12.557)	(62.014)	(111.470)
Fornecedores	Dólar - USD	(5.330)	(361)	(1.784)	(3.207)
Adiantamentos de câmbio	Dólar - USD	(8.570)	(581)	(2.869)	(5.156)
Adiantamento de clientes	Dólar - USD	(6.358)	(12)	(60)	(108)
Outros	Dólar - USD	(27.797)	(139)	(687)	(1.234)
				Controladora	3
		Saldo		Cenário	Cenário
		em em	Cenário	possível	remoto
		2016	provável	(25%)	(50%)
Ativo - Baixa do dólar	D.// 110D	0.000	470	(4.004)	(0.000)
Contas a receber	Dólar - USD	6.936	470	(1.381)	(3.233)
Passivo - Alta do dólar	Dálas HCD	(450,440)	(5.004)	(50,000)	(05.04.4)
Empréstimos e financiamentos	Dólar - USD	(158.416)	(5.021)	(53.026)	(95.314)
Fornecedores	Dólar - USD	(2.316)	(141)	(775)	(1.393)
Adiantamentos de câmbio	Dólar - USD	(8.570)	(3.842)	(2.869)	(5.156)
Adiantamento de clientes	Dólar - USD	(48.444)	(532)	(2.278)	(4.095)

(ii) Risco de taxas de juros

Outros

Os saldos de instrumentos expostos a variação de taxa de juros são abaixo sumariados.

(28.444)

(159)

(679)

(1.220)

Dólar - USD

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros.

Em 31 de dezembro de 2016 a administração considerou um cenário provável em 2017 para a taxa CDI de 10,25% e TJLP de 7,50%. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Os cenários abaixo foram estimados para o período de um ano:

		Cenário	Cenário	Cenário
Moeda	2016	provável	∆ 25%	∆ 50%
CDI - baixa	13,63%	10,23%	7,67%	5,12%
CDI - alta	13,63%	10,23%	12,79%	15,35%
TJLP	7,50%	7,50%	9,38%	11,25%
Selic	13,65%	10,25%	12,81%	15,38%
Libor 30 dias	0,77%	0,77%	0,96%	1,16%
Libor 3 meses	1,00%	1,00%	1,25%	1,50%

		Consolidado						
			Ganho (Perda)					
		Saldo	Cenário	Cenário	Cenário			
	Indexador	2016	provável	25%	50%			
Aplicações financeiras	CDI - baixa	3.370	(115)	(201)	(287)			
Empréstimos	CDI - alta	(135.163)	4.596	1.139	(2.318)			
Empréstimos	TJLP	(7.934)	-	(149)	(298)			
Libor 30 dias	Libor 30 dias	(68.092)	-	(131)	(262)			
Libor 3 meses	Libor 3 meses	(422.898)	-	(1.055)	(2.111)			
Impostos parcelados	Selic	(443)	15	4	(8)			

		Controladora					
	Ganho (Perda)						
		Saldo	Cenário	Cenário	Cenário		
	Indexador	2016	provável	25%	50%		
Aplicações financeiras	CDI - baixa	3.254	(111)	(194)	(277)		
Mútuos financeiros	CDI - baixa	(17.003)	578	1.013	1.448		
Empréstimos	CDI - alta	(135.163)	4.596	1.139	(2.318)		
Libor 3 meses	Libor 3 meses	(422.898)	-	(1.055)	(2.111)		
Impostos parcelados	Selic	(415)	14	3	(7)		

5.4 Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para o desenvolvimento futuro do negócio agregando valor aos acionistas, credores e mercado em geral, através do monitoramento dos retornos sobre o capital. Todavia os resultados dos últimos anos tem deteriorado este parâmetro conforme posição apresentada a seguir:

_	Consol	
	2016	2015
Total do passivo	1.064.958	1.082.456
Menos: Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(29.894)	(94.938)
Dívida líquida (A)	1.035.064	987.518
Total do patrimônio líquido (B)	(171.901)	(60.116)
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 (A/B)	(6,02)	(16,43)

6. Segmentos operacionais

A Companhia possui quatro segmentos divulgáveis representados por unidades estratégicas de negócio administradas separadamente, uma vez que, se diferem pela oferta de produtos e serviços, tecnologias e estratégias de *marketing*. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos divulgáveis da Companhia:

Armas — o processo de produção de armas, por tratar-se de uma indústria preponderantemente metalúrgica, utiliza-se das seguintes fases básicas: usinagem (a partir de pré formas usinadas e forjadas através de centros de usinagem, fresadoras, furadeiras e brochadeiras, uma vez que todo o processo de forjaria e de algumas operações de usinagem encontram-se terceirizados), MIM — Metal Injection Molding (peças injetadas em metal), acabamento (basicamente polimento), tratamento térmico, tratamento superficial, montagem final, teste funcional, gravação e embalagem; essas operações são realizadas pela Forjas Taurus S.A., e Taurus Holdings, Inc. e suas controladas.

Capacetes – o processo de produção de capacetes utiliza-se das seguintes fases: injeção (a partir do ABS – *Acrylonitrile Butadiene Styrene*), pintura e acabamento (a partir de peças já injetadas, através de processo de pintura manual e automatizada), costura (a partir de tecidos, espuma e chapas de policarbonatos, utilizando-se máquinas de corte, costura e balancim) e montagem final; essas operações são realizadas pela Taurus Blindagens Ltda. e Taurus Blindagens Nordeste Ltda.

Outros – resultado do segmento de MIM – *Metal Injection Molding* peças injetadas em metal, (Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.); bauletos (Taurus Blindagens Ltda.), produtos plásticos (Taurus Plásticos Ltda.). Inclui também gastos com assistência técnica e despesas financeiras da operação de máquinas descontinuada em junho de 2012 e outras operações como a fabricação e venda de óculos e prestação de serviços. Tais segmentos foram agregados, pois, não se enquadram nos limites quantitativos para divulgação separada como segmento reportável.

O desempenho de cada segmento é avaliado trimestralmente com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, como incluído nos relatórios internos, uma vez que a Administração acredita que tal informação é mais relevante na avaliação dos resultados de certos segmentos relativos a outras entidades que operam nestas indústrias.

A conciliação de receitas, lucros e prejuízos, ativos, passivos e outros itens materiais de segmentos divulgáveis está divulgada a seguir:

		Armas		Capacetes		Outros		Total
_	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Receitas externas	707.276	684.352	100.489	110.526	22.508	28.931	830.273	823.809
Receitas intersegmentos	532.769	112.974	4.949	5	5.972	17.691	543.690	130.670
Custos das vendas	(559.159)	(483.631)	(70.293)	(77.199)	(7.620)	(20.906)	(637.072)	(581.736)
Lucro (prejuízo) bruto	680.886	313.695	35.145	33.332	20.860	25.716	736.891	372.743
Despesas com vendas	(110.764)	(87.976)	(18.602)	(18.137)	(1.366)	(2.784)	(130.732)	(108.897)
Despesas gerais e administrativas	(105.395)	(102.552)	(10.714)	(3.672)	(7.103)	(7.710)	(123.212)	(113.934)
Depreciação e amortização	(8.458)	(9.137)	(307)	(176)	(4)	(1.515)	(8.769)	(10.828)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(26.432)	(60.664)	389	(4.158)	(881)	(3.122)	(26.924)	(67.944)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	1.039	-	(2.843)	(1.398)	(1.804)	(1.398)
·	(251.049)	(260.329)	(28.195)	(26.143)	(12.197)	(16.529)	(291.441)	(303.001)
Lucro (prejuízo) operacional	429.836	53.366	6.950	7.189	8.664	9.186	445.450	69.742
Receitas financeiras	93.934	124.739	7.904	6.823	71	9.189	101.909	140.750
Despesas financeiras	(97.809)	(334.765)	(3.973)	(3.077)	(2.836)	(21.483)	(104.618)	(359.325)
Resultado financeiro líquido	(3.875)	(210.026)	3.931	3.746	(2.765)	(12.294)	(2.709)	(218.575)
Resultado por segmento		_						
divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	425.961	(156.660)	10.881	10.936	5.899	(3.109)	442.741	(148.833)
=		=						
Eliminação das receitas intersegmentos	(532.769)	(112.974)	(4.949)	(5)	(5.972)	(17.691)	(543.690)	(130.670)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(106.808)	(269.634)	5.932	10.931	(73)	(20.799)	(100.949)	(279.502)
Imposto de renda e contribuição		(=======			(1-2)	(=====)	<u> </u>	(=::::::=)
social	486	27.584	(1.969)	(503)	(595)	(1.389)	(2.078)	25.692
Resultado líquido do exercício	(106.322)	(242.050)	3.963	10.428	(668)	(22.188)	(103.027)	(253.810)
· =			<u> </u>		• • •	•	<u> </u>	<u> </u>
Ativos dos segmentos divulgáveis	542.532	657.094	161.265	140.352	189.260	224.894	893.057	1.022.340
Passivos dos segmentos divulgáveis	954.886	951.850	35.983	33.097	74.089	97.509	1.064.958	1.082.456

Informações geográficas

As informações da receita líquida abaixo são baseadas na localização geográfica do cliente.

		Armas		Capacetes
	2016	2015	2016	2015
Mercado interno				
Região Sudeste	43.210	44.075	28.218	31.136
Região Sul	22.393	22.391	6.631	5.011
Região Nordeste	9.657	16.948	31.834	36.342
Região Centro-Oeste	16.841	13.471	16.007	17.212
Região Norte	978	3.137	17.799	20.304
	93.079	100.022	100.489	110.005
Mercado externo				
Estados Unidos	577.064	542.465	-	-
Bangladesh	14.895	6.086	-	-
Peru	1.177	3.307	-	1
Bósnia	1.340	62	-	
Jordânia	3.332	3.215	-	-
Paquistão	441	3.194	-	-
Paraguai	-	3.137	-	479
Argentina	4.913	2.832	-	-
França	2.534	2.285	-	-
Chile	279	2.005	-	-
Ucrânia	-	1.626	-	-
África do Sul	1.951	1.609	-	-
Líbano	79	1.575	-	-
Tailândia	100	1.201	-	-
Rússia	-	1.164	-	-
Nicarágua	1.352	1.041	-	-
Alemanha	885	1.038	-	-
Reino Unido	-	1.011	-	-
Filipinas		729	-	-
Austrália	275	212	-	-
El Salvador	301	200	-	-
República Dominicana	-	14	-	-
Cingapura	-	6	-	-
Outros países	3.279	4.316	-	41
	614.197	584.330	-	521
	707.276	684.352	100.489	110.526

Os outros segmentos do Grupo possuem suas vendas concentradas no mercado interno e bastante pulverizadas por todas as regiões do Brasil.

As vendas da Companhia e suas controladas não sofrem restrições e não possuem um grau de concentração que possa caracterizar dependência significativa de órgãos governamentais ou de qualquer outro cliente.

7. Caixa e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com liquidez imediata, ou seja, resgatáveis no prazo de até três meses das datas de contratação, sem penalidades para a Companhia e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

	Co	onsolidado	Controladora		
	2016	2015	2016	2015	
Saldo em caixa	13	2.987	7	2.213	
Depósitos à vista	25.877	57.325	604	13.609	
Aplicações financeiras	818	-	702	-	
Caixa e equivalentes de caixa	26.708	60.312	1.313	15.822	

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa são remuneradas por taxas variáveis médias de 82,52 a 101,00% do CDI em 31 de dezembro de 2016 (82,52 a 101,00% do CDI em 31 de dezembro de 2015) tendo como contraparte instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha.

8. Aplicações financeiras e contas vinculadas

	Cc	nsolidado	Controlado		
	2016	2015	2016	2015	
Aplicações financeiras – CDB	3.186	24.162	2.982	16.081	
Conta vinculada		10.464	-		
Total	3.186	34.626	2.982	16.081	
Circulante	2.552	22.040	2.552	3.495	
Não circulante	634	12.586	430	12.586	

As aplicações financeiras são remuneradas por taxas variáveis média de 99,92% do CDI em 31 de dezembro de 2016, estando retidas em garantias a financiamentos de curto prazo, tendo seu resgate programado para ocorrer em conjunto com as amortizações dos financiamentos, sendo apresentadas no ativo circulante e não circulante com base na sua previsão de resgate.

9. Clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

	Co	nsolidado	Controladora		
	2016	2015	2016	2015	
Clientes no país	71.035	74.218	36.093	38.886	
Clientes - partes relacionadas no país	=	-		29.455	
Clientes no exterior	111.032	147.280	22.577	14.897	
	182.067	221.498	58.670	83.238	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa no país Provisão para créditos de liquidação duvidosa no	(21.245)	(20.592)	(7.601)	(8.591)	
exterior	(10.625)	(8.830)	(5.368)	(3.495)	
	(31.870)	(29.422)	(12.969)	(12.086)	
Total	150.197	192.076	45.701	71.152	

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a clientes e a outras contas, incluindo a abertura do contas a receber por idade de vencimento, são divulgadas na nota explicativa 5. A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(29.422)	(12.086)
Adições	(4.122)	(1.441)
Reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa	62	-
Realização de provisão para crédito de liquidação duvidosa	115	-
Variação cambial	1.496	558
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(31.870)	(12.969)

10. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio da média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação (baseado na capacidade operacional normal) e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

A provisão para perda com estoques é registrada para produtos com baixo giro e para itens que apresentam preço de venda inferior ao custo de formação.

	Consolidado			Controlación
	2016	2015	2016	2015
Produtos acabados	98.788	86.953	18.639	25.926
Produtos em elaboração	-	342	-	-
Matéria prima	147.697	134.566	109.574	80.415
Provisão para perda	(2.288)	-	(2.288)	-
	244.197	221.861	125.925	106.345

11. Impostos a recuperar

		Consolidado	Controlador		
	2016	2015	2016	2015	
ICMS	8.740	9.617	920	1.175	
IPI	842	2.804	5	2.044	
PIS	932	652	617	581	
COFINS	4.084	3.024	2.655	2.661	
Imposto de renda e contribuição social	6.566	21.237	3.267	9.863	
INSS	40	82	-		
Total	21.204	37.416	7.464	16.324	
Circulante	20.497	36.546	7.269	16.031	
Não circulante	707	870	195	293	
Total	21.204	37.416	7.464	16.324	

12. Outras contas a receber

	Consolidado		Col	ntroladora
	2016	2015	2016	2015
Adiantamentos a fornecedores	17.478	12.256	15.508	10.980
Adiantamentos a funcionários	1.726	2.561	794	1.430
Adiantamento para garantia para o cliente estrangeiro		3.698		3.698
Depósitos judiciais (nota 23)	11.407	4.499	5.890	1.567
Recebíveis de seguros	2.339	16.716	-	2.257
Mútuos financeiros entre partes relacionadas	-	-	8.150	81
Outros créditos	801	5.661	2.845	4.312
	33.751	45.391	33.187	24.325
Ativos circulantes	22.344	40.881	27.297	22.751
Ativos não circulantes	11.407	4.510	5.890	1.574

13. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota nominal de 15%, acrescidas de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Para as Empresas que apuram o imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido são utilizadas as mesmas alíquotas acima, porém sobre percentuais do faturamento de 32%. A alíquota do imposto de renda da controlada nos Estados Unidos é de 35%.

Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que sejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

a) Composição dos impostos ativos e passivos diferidos

· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		Consolidado	Co	ntroladora
	2016	2015	2016	2015
Sobre diferenças temporárias ativas, prejuízo fiscal e bases negativas				
Provisão para comissões sobre vendas	1.616	1.045	993	993
Provisão processos trabalhistas	3.946	4.934	1.826	2.229
Provisão para perdas por não ressarcimento de seguros	-	782	-	782
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.494	4.242	2.474	1.494
Provisão para garantia de produtos	7.297	7.246	2.190	2.401
Provisão para riscos judiciais	2.961	10.571	-	205
Provisão para perda de estoques	2.131	3.343	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	189	344		-
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL (i)	34.912	34.730	7.000	7.000
Estoques – lucros não realizados	2.858	3.958	-	
Outros itens	1.432	1.555		124
	62.836	72.750	14.483	15.228
Sobre diferenças temporárias passivas	(12.12)		(=-)	
Ajuste de avaliação patrimonial	(12.183)	(1.011)	(2.356)	(551)
Diferença de base de depreciação	(7.484)	(10.864)	-	(1.805)
Alocação de ágio	(9.899)	(11.910)	- (4.070)	(4.070)
Encargos financeiros	(1.499)	(1.499)	(1.370)	(1.370)
Instrumentos financeiros derivativos	(2.353)	(2.353)	(2.353)	(2.353)
Outros itens	(72)	(07.007)	/C 070\	(0.070)
	(33.490)	(27.637)	(6.079)	(6.079)
Total ativo e passivo, líquido	29.346	45.113	8.404	9.149
Classificadas no ativo não circulante	44.536	45.830	8.404	9.149
Classificadas no passivo não circulante	(15.190)	(717)	-	-
Variação dos impostos diferidos:				
•	Consc	lidado	Contr	oladora
Saldo inicial de impostos diferidos, líquidos		45.113		9.149
Alocado ao resultado		(6.058)		(745)
Alocado ao patrimônio líquido		(9.827)		-
Efeito das variações das taxas de câmbio		119		_
,				0.404
Saldo final de impostos diferidos, líquidos		29.346		8.404

(i) A Administração da Companhia considerou a existência dos saldos acumulados de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro líquido registrado na controladora e nas controladas Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda., Taurus Blindagens Ltda. e Taurus Holdings, Inc. A avaliação da existência de lucro tributável futuro, que suporta o registro do ativo fiscal diferido, foi fundamentada nas atividades operacionais dos segmentos da Companhia.

As projeções indicam que o saldo de créditos tributários registrados contabilmente na controladora Forjas Taurus S.A. e nas controladas Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda., Taurus Blindagens Ltda. e Taurus Holdings, Inc. serão absorvidos por lucros tributáveis estimados para os próximos anos, conforme demonstrado:

		Consolidado		Controladora
				% de
Exercício	Total	% de participação	Total	participação
2017	2.180	7,43%	-	0,00%
2018	2.527	8,61%	-	0,00%
2019	3.098	10,56%	94	1,12%
2020	4.859	16,56%	1.433	17,05%
2021	10.330	35,20%	5.856	69,68%
2022	6.352	21,64%	1.021	12,15%
Total	29.346	100,00%	8.404	100,00%

O valor do prejuízo fiscal e base da contribuição social negativa sobre os quais não se registram impostos diferidos totalizam, no consolidado, R\$ 651.215 (R\$ 468.962 em 2015) e na controladora R\$ 222.905 (R\$ 99.066 em 2015).

Os principais saldos de prejuízo fiscais e bases negativas se encontram na controlada Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. Os créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecidos contabilmente por esta controlada totalizam R\$ 85.024 (R\$ 77.792 em 2015).

Reconciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e da contribuição social

	C	onsolidado	Controladora			
	2016	2015	2016	2015		
Prejuízo contábil antes do imposto						
de renda e da contribuição social	(100.949)	(279.502)	(102.282)	(258.212)		
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%		
Imposto de renda e contribuição social:						
Pela alíquota fiscal combinada	34.323	95.031	34.776	87.792		
Adições permanentes:						
Despesas não dedutíveis	(304)	(223)	(151)	(221)		
Preço de transferências	(16.342)	(434)	(16.342)	(434)		
Exclusões permanentes:						
Receitas isentas de impostos – Equivalência						
patrimonial	(613)	(475)	(10.973)	(28.822)		
Outras – Lei nº 11.196/05	(04.000)	-	- (40.405)	- (4.000)		
Prejuízo fiscal não registrado	(61.966)	(17.751)	(42.105)	(4.896)		
Variação cambial e outros diferenças	40.004	(54.440)	24.050	(40.047)		
temporárias não registradas	42.291	(51.142)	34.050	(49.017)		
Efeitos alíquota diferenciada de controladas	533	686				
com lucro presumido Imposto de renda e contribuição social no	333	000	-			
resultado do exercício	(2.078)	25.692	(745)	4.402		
resultate de exercicio	(2.010)	20.002	(140)	7.702		
Composição do imposto de renda e						
contribuição						
social no resultado do exercício:						
Corrente	3.980	5.889	-	-		
Diferido	(6.058)	19.803	(745)	4.402		
	(2.078)	25.692	(745)	4.402		
Alíquota efetiva	2,06%	(9,19%)	0,73%	(1,70%)		

Em 2016, o montante de R\$ 3.980 referente ao imposto de renda e contribuição social correntes, apresenta-se positivo em função do aproveitamento de benefício tributário Norte Americano na Empresa Taurus Holdings. A Legislação Federal Americana permite que prejuízos correntes sejam passíveis de compensação de tributos pagos em até dois anos anteriores.

14. Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

a. Conciliação do valor contábil

	Consolidado
Em milhares de Reais Saldo em 1º de janeiro	2016
Aquisições Reclassificação de imobilizado	21.204
Valor justo	28.904
Saldo em 31 de dezembro	50.108

Concolidado

Em 2016 a Forjas Taurus S.A. transferiu a operação do Parque Fabril localizado na cidade de Porto Alegre/RS para o Parque Fabril localizado na cidade de São Leopoldo/RS. Em razão disso e considerando os termos do CPC 28 — Propriedade para Investimento, a Companhia, no nível das demonstrações financeiras consolidadas, reclassificou os itens antes classificados como Imobilizado para Propriedade para Investimento. O ajuste a valor justo foi reconhecido inicialmente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos de imposto de renda e contribuição social diferidos.

b. Mensuração do valor justo

(iii) Hierarquia do valor justo

O valor justo das propriedades para investimento foi determinado por avaliadores imobiliários externos independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria da propriedade que está sendo avaliada.

A mensuração do valor justo de todas as propriedades para investimento foi classificada como Nível 3 com base nos inputs utilizados (Nota 3).

(iv) Caracterização dos ativos avaliados

Local: Avenida do Forte, nº 511 – Porto Alegre (RS)

Complexo industrial, não ocupado, com 18.600,00 m² de área construída sobre terreno urbano de 29.900,00 m² de área.

(v) Metodologias empregadas

Foi utilizado o método evolutivo de avaliação, uma vez que no mercado imobiliário local não existem imóveis com características semelhantes ao avaliado para realizar o método comparativo direto. Sendo assim, as avaliações dos prédios, benfeitorias e terrenos foram executadas isoladamente, chegando-se a um valor total para o conjunto.

Prédios e benfeitorias

Para a avaliação dos prédios e benfeitorias foi aplicado o Método da Quantificação de Custo de Benfeitorias. Levantadas às características das obras civis, foram elaborados orçamentos de construções novas, aplicando-se as depreciações físicas, através do fator "K" e do Fator de Adequação ao Obsoletismo e ao Estado de Conservação.

As demais construções tais como bases, calçamentos, cercas e outras estruturas não padronizadas foram calculadas através de composição de custos.

Terrenos urbanos

Para a avaliação dos terrenos foi utilizado o Método Direto Comparativo de Dados de Mercado para as matrículas que possuíam no mercado imobiliário local, ofertas, compras e vendas de imóveis assemelhados para a devida comparação através de tratamento estatístico dos dados de mercado.

Para as demais matrículas foi utilizado o método involutivo, a partir da constatação de que o melhor aproveitamento da gleba avaliada seria obtido com o seu parcelamento em lotes, através de um projeto hipotético. A avaliação por este processo considera a receita provável da comercialização desses lotes e também considera todas as despesas inerentes à transformação da gleba bruta em loteamento; além de definir o valor máximo que pode ser atribuído à gleba para que seja economicamente viável.

De acordo com a localização e demais características de cada terreno, o valor foi determinado a partir de uma ampla pesquisa de valores negociados e ofertados nas imediações dos imóveis avaliados, além de consulta a pessoas idôneas, ligadas ao mercado imobiliário local, negócios e ofertas publicadas em jornais locais, sites, anúncios e imobiliárias.

Após a obtenção dos valores da pesquisa, efetuou-se um tratamento estatístico para o cálculo do valor mais provável dos imóveis.

(vi) Valores e datas demonstrados

Foram demonstrados pelo laudo de avaliação o índice de depreciação, valor atual de mercado ou custo de reposição depreciado, idade aparente, vida útil remanescente, com as seguintes definições:

- a) Índice de depreciação é uma razão entre a idade aparente e vida útil total do bem;
- Valor atual de mercado ou custo de reposição depreciado pode ser definido como o valor de entrada que a Companhia despenderia no mercado para repor o ativo, considerando-se uma negociação normal entre pessoas independentes e isentas de outros interesses, contemplando as condições de uso em que o bem se encontra;
- c) Idade aparente é a idade do bem em anos, desde sua construção;
- d) Vida útil representa o tempo de utilização estimado remanescente do bem avaliado, em anos. Esse valor é obtido através da diferença entre a idade aparente e a vida útil do projeto, conforme critérios da ABNT NBR 15575- 1_2013.

(vii) Pesquisa de valores

Prédios e benfeitorias

Foram efetuados orçamentos quantitativos e qualitativos do custo de reprodução dos prédios, uma vez que as edificações foram executadas para uma indústria, com características próprias, podem vir a ser utilizadas para outras finalidades industriais e comercias.

Os valores de reposição foram estabelecidos através de cálculos de custo atual médio de aquisição de materiais de construção e afins. São resultantes de pesquisa efetuada no mercado fornecedor sendo analisados em função dos componentes de cada construção, acrescidos dos custos de mão-de-obra, projetos, taxas, impostos e despesas diretas e indiretas.

Terrenos urbanos

Para a pesquisa de valores foram feitas consultas a imobiliárias, jornais, corretores, compradores e pessoas ligadas ao mercado imobiliário.

(viii) Nível de rigor

Valor de mercado

Foi atingido na avaliação o Nível de Fundamentação GRAU I e Nível de Precisão GRAU I em conformidade com as seguintes normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, pertinentes para esta avaliação:

NBR-14653-1 (Avaliação de Bens - Procedimentos Gerais); NBR-14653-2 (Avaliação de Bens - Imóveis Urbanos).

As variáveis utilizadas no modelo para determinação dos valores da área avaliada foram:

- a) Área Total: variável quantitativa representando a área total do terreno em m²;
- b) Setor Urbano: variável qualitativa que caracteriza os dados conforme o bairro onde estão localizados;
- c) Vocação: variável dicotômica que classifica os lotes de acordo com a atividade melhor desenvolvida no imóvel, sendo: lotes com vocação industrial ou comercial e lotes com vocação residencial;
- d) Data do evento: variável dicotômica que classifica: lotes que estão à venda atualmente e lotes de imóveis que estavam à venda em 2014.
- e) Valor Unitário do Terreno: variável dependente expressa em reais por metro quadrado.

Determinação dos valores dos bens

	Consolidado
	2016
Edificações	11.775
Terrenos	37.870
Benfeitorias	463
Total	50.108

15. Investimentos

Taurus Taurus Taurus Far	4!1	
Blindagens Blindagens Plásticos Holdings, Investmentos Metalurgia Máquinas- Ti Blindagens Nordeste Plásticos Holdings, Investments Importante Incompanya in Colons Importante Incompanya In	urus 31-12-2016	31-12-2015
Ativo circulante 36.837 30.129 5.515 245.488 33.474 5.756 52.651 323	-	
Ativo não circulante 113.567 38.069 1.713 114.783 - 64.994 266.796 2.361	-	
Passivo circulante 15.274 19.017 1.535 49.760 - 663 60.767 43.865	-	
Passivo não circulante 9.894 2.998 27 97.201 - 9.921 47.719 17.083	-	
Capital social 73.855 9.400 6.355 993 35.850 53.292 304.780 293.639	-	
Patrimônio líquido 125.236 46.183 5.666 213.310 33.474 60.166 210.961 (58.264)	-	
Receita líquida 40.012 65.426 7.219 575.098 - 5.567 185.334 -	-	
Lucro (prejuízo) líquido do exercício 3.956 6.779 (1.078) (4.259) - 2.741 (30.384) (1.225)	-	
Quantidade de ações/quotas 14 9.400 636 302.505 11.000.000 43.623.159 304.779.837 185.007.117	-	
Percentual de participação direta (%) 0,01% 0,10% 0,01% 100% 100% 81,86% 100% 63,00%	-	
Saldos iniciais 1 38 - 252.283 40.105 42.381 181.044 -	2.215 518.06	396.024
Cisão 1	-	1 -
Integralização de capital (4) 54.190 20.000	- 74.19	
Resultado da equivalência patrimonial (3) - 9 - (2.771) - 3.019 (31.807) (725)	- (32.275	
Perda de capital em investimentos	-	- (66)
Variação cambial sobre investimentos (38.908) (6.632)	- (45.540	
Dividendos recebidos	-	- (3)
Transações de capital <u>3.591</u> 5.941 (9.532)	-	<u>-</u>
Ajuste de avaliação patrimonial 19.077	- 19.07	
· ·	.215) (2.215	5)
Reclassificado para provisão para passivo a (9.749) descoberto (1)	- (9.749	9) (5.149)
Saldos finais (3) 1 47 1 210.604 33.473 68.068 209.368 -	- 521.56	518.067

- (1) O passivo a descoberto da controlada Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. no valor de R\$ 36.709 está registrado na rubrica "Partes relacionadas" no passivo não circulante.
- (2) Em 20 de dezembro de 2011, o investimento na controlada Famastil Taurus Ferramentas S.A. foi transferido para a controlada Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. como parte da reestruturação societária ocorrida em 2011. O valor de R\$ 2.215, refere-se a ágio sobre investimento na Famastil Taurus Ferramentas S.A. que permanece na Forjas Taurus S.A.
- (3) Para fins de apuração dos valores de investimento, o valor do patrimônio líquido e do resultado de cada investida é ajustado pelos lucros não realizados em transações entre as empresas.
- (4) A integralização de capital na controlada Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. no valor de R\$ 20.000 e na Polimetal metalurgia e Plásticos Ltda no valor de R\$ 54.190 foram realizados com capitalização de mútuo.

Forjas Taurus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operação no exterior

A Taurus Holdings, Inc., controlada localizada nos Estados Unidos, é controladora da Taurus International Manufacturing Inc., da Braztech International L.C. e de outras subsidiárias localizadas também em território norte-americano, atuando principalmente na revenda de armas importadas da Forjas Taurus S.A., destinadas a atacadistas naquele mercado. Os principais saldos contábeis da controlada estão apresentados abaixo:

		Taurus
		Holdings, Inc.
		Consolidado
	2016	2015
Ativo	360.271	441.772
Passivo	146.961	185.294
Receita líquida	575.098	546.949
Prejuízo do exercício	(4.259)	(32.977)

Coligada

A Companhia por meio de sua controlada Polimetal Metalurgia e Plásticos LTDA, alienou sua participação minoritária de 35% na empresa Famastil Taurus Ferramentas S.A., pelo valor de R\$ 5.000 (cinco milhões de reais), em 02 de junho de 2016.

Esta operação foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia e teve seu pagamento efetivado nesta mesma data. Dessa forma, a Companhia dá continuidade ao seu processo de restruturação operacional e financeira, intensificando o foco em seu "core business".

O investimento na referida coligada era avaliado pelo método de equivalência patrimonial e estava registrado pelo custo atualizado, no montante de R\$ 9.851, em 31 de maio de 2016.

O resultado de equivalência patrimonial reconhecido de 1º de janeiro de 2016 até a efetivação do desinvestimento foi de (R\$ 1.804). Foi registrada a baixa do valor de R\$ 303, referente a realização do ajuste de avaliação patrimonial.

A perda na alienação registrada contabilmente foi de R\$ 4.851.

16. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. Conforme descrito na nota 17, em 2016 a Companhia elaborou estudo de impairment para seus ativos intangíveis e também para a recuperabilidade de seu ativo imobilizado. Em 31 de dezembro de 2016, os testes realizados não indicaram a necessidade de constituição de provisão para perdas por impairment sobre o imobilizado da Companhia.

A Companhia optou por reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído, líquidos dos efeitos fiscais, aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra e de quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são aproximadamente as seguintes:

Grupo	Vida útil
Edifícios	27 anos
Máquinas e equipamentos	15 a 20 anos
Matrizes e ferramentas	5 anos
Móveis	15 anos
Outros componentes	5 a 6 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

									Consolidado
			Maquinas e	Móveis e			Imobilizado em	Adiantamentos a	
	Terrenos	Edifícios	instalações	computadores	Veículos	Outros	andamento	fornecedores	Total
Custo ou custo atribuído									
Saldo em 31 de dezembro de 2014	35.685	93.383	256.591	24.843	3.293	227	9.746	297	424.065
Adições	43	251	19.986	2.455	205	-	16.832	-	39.772
Alienações	-	(148)	(30.531)	(768)	(983)	(97)	(4)	(70)	(32.601)
Transferências	-	-	4.756	510	-	-	(5.266)	-	-
Efeito das variações das taxas de câmbio	2.516	16.715	16.019	2.745	74	61	-	-	38.130
Saldo em 31 de dezembro de 2015	38.244	110.201	266.821	29.785	2.589	191	21.308	227	469.366
Adições	2.549	10.671	4.178	1.323			28.150	145	47.016
Alienações	(21.208)	(6)	(25.670)	(5.647)	(117)	(119)	(11.443)	-	(64.210)
Transferências	(67)	15.344	5.449	(667)	(190)	` ,	(19.793)	(76)	` -
Efeito das variações das taxas de câmbio	(1.301)	(8.653)	(8.824)	(1.551)	(1.262)	(32)	` <i>-</i>	•	(21.623)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	18.217	127.557	241.954	23.243	1.020	40	18.222	296	430.549
Depreciação									
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(143)	(16.554)	(129.979)	(13.773)	(2.517)	-	-	-	(162.966)
Depreciação no exercício	(41)	(5.114)	(27.721)	(4.497)	(419)	-	-	-	(37.792)
Alienações	•	` -	16.391	1.968	688	-	-	-	19.047
Efeito das variações das taxas de câmbio	-	(3.682)	(8.681)	(2.033)	(70)	-	-	-	(14.466)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(184)	(25.350)	(149.990)	(18.335)	(2.318)	-	-	-	(196.177)
Depreciação no exercício	(44)	(4.498)	(26.950)	(1.977)	(65)	_	_	-	(33.534)
Alienações	34	` 811	20.430	4.698	1.500	-	-	-	27.473
Efeito das variações das taxas de câmbio	-	2.125	6.961	1.215	38	-	_	_	10.339
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(194)	(26.912)	(149.549)	(14.399)	(845)	-	-	-	(191.899)
Valor contábil									
Em 31 de dezembro de 2015	38.060	84.851	116.831	11.450	271	191	21.308	227	273.189
Em 31 de dezembro de 2016	18.023	100.645	92.405	8.844	175	40	18.222	296	238.650

									Controladora
			Maquinas e	Móveis e			Imobilizado em	Adiantamentos a	
	Terrenos	Edifícios	instalações	computadores	Veículos	Outros	andamento	fornecedores	Total
Custo ou custo atribuído									
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	3.177	87.137	8.259	1.848	-	3.300	-	103.721
Adições	-	-	983	1.152	92	-	4.899	-	7.126
Alienações	-	-	(24.728)	(511)	(476)	-	-	-	(25.715)
Transferências	-	-	611	3	-	-	(614)	-	-
Efeito das variações das taxas de câmbio		-	-	-	-	-	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2015		3177	64.003	8.903	1.464	-	7.585	-	85.132
Adições	-	3.194	221	631	_	_	8.728	-	12.774
Alienações	-	-	(7.084)	(3.548)	(104)	-	(482)	-	(11.218)
Transferências	-	3.739	3.374	` (8)	(2)	-	(7.103)	-	. ,
Efeito das variações das taxas de câmbio	-	-	-	· · ·	(1.224)	-	` -	-	(1.224)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		10.110	60.514	5.978	134	-	8.728	-	85.464
Depreciação									
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	(1.044)	(48.202)	(5.369)	(1.375)	-	-	-	(55.990)
Depreciação no exercício	-	` (313)	(7.574)	(733)	` (159)	-	-	-	(8.779)
Alienações	-	` -	13.608	`156	211	-	-	-	13.975
Efeito das variações das taxas de câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u> </u>	(1.357)	(42.168)	(5.946)	(1.323)	-	-	-	(50.794)
Depreciação no exercício	-	(439)	(5.335)	(576)	(40)	_	-	_	(6.390)
Alienações	-	` -	6.082	2.743	1.293	_	-	-	10.118
Efeito das variações das taxas de câmbio	-	_	-	-	_	_	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016		(1.796)	(41.421)	(3.779)	(70)	-	-	-	(47.066)
Valor contábil								==	
Em 31 de dezembro de 2015	-	1820	21.835	2.957	141	-	7.585	-	34.338
Em 31 de dezembro de 2016	-	8.314	19.093	2.199	64	-	8.728	-	38.398

Imobilizado em andamento

O saldo de imobilizado em andamento no valor de R\$ 8.728 na controladora e R\$18.222 no consolidado em 2016 (R\$ 7.585 e R\$ 21.308 em 2015, respectivamente) refere-se a máquinas e equipamentos ainda em fase de implantação e construções em andamento. Esses bens devem entrar em operação no decorrer do exercício de 2017.

Garantia

A Companhia utiliza seus ativos como garantidores dos recursos obtidos junto às instituições financeiras. Apesar de grande parte do ativo imobilizado estar garantindo operações de empréstimos e financiamentos, historicamente a Companhia tem liquidado suas obrigações nos prazos contratuais e as garantias com ativos nunca foram utilizadas. Em 2017 a Companhia utiliza o montante de R\$ 94.773 em garantias (R\$ 55.912 em 2015).

Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes e apresentado na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado.

17. Intangível

Ágio

O ágio resultante da aquisição de investimentos, após as devidas alocações, é incluído nos ativos intangíveis. Na demonstração da controladora são apresentados no grupo de investimento.

Ágios gerados em combinações de negócios são classificados no intangível e foram determinados de acordo com as práticas contábeis vigentes à época de cada combinação, ajustado para a reclassificação de determinados intangíveis. O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução do valor recuperável.

Outros intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial, enquanto que o custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Os saldos apresentados estão deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

Os gastos de desenvolvimento que envolvem um plano ou projeto visando a produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

A amortização dos ativos intangíveis, que não ágio, está baseada em suas vidas úteis estimadas e é reconhecida no resultado através do método linear. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são aproximadamente 5 anos para custos de desenvolvimento e implantação de sistemas.

Esclarecemos, ainda, que a recuperação do valor contábil dos ágios e ativos intangíveis com vida útil indefinida é avaliada anualmente utilizando o conceito do "valor em uso", através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa.

าทรก		

					_	onisonuauo
		Marcas e		Desenvolvimento	Outros	
	Software	patentes	Goodwill	de produtos	Intangíveis	Total
Custo	'					
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.471	22.953	40.822	10.478	1.143	76.867
Aquisições	-	-	-	144	3.919	4.063
Transferência de outros grupos	1.131	-	-	(9)	9	1.131
Baixas	-	(3.576)	-	(68)	-	(3.644)
Efeito das variações das taxas de câmbio	-	7.818	3.852	-	1.217	12.887
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.602	27.195	44.674	10.545	6.288	91.304
Aquisições	-	-	-	1.650	27	1.677
Transferência de outros grupos	3.519	(1)	-	(370)	(3.148)	
Baixas	(25)	(1.380)	-	(1.298)	(216)	(2.919)
Efeito das variações das taxas de câmbio		(3.770)	(1.992)	-	(781)	(6.543)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.096	22.044	42.682	10.527	2.170	83.519
Amortização						
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(1.371)	(276)	-	(6.949)	(201)	(8.797)
Amortização do exercício	(64)	(91)	-	(894)	(86)	(1.135)
Transferência de outros grupos	` -	• •	-	•	` -	` -
Baixas	-	-	-	74	-	74
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(1.435)	(367)	-	(7.769)	(287)	(9.858)
Amortização do exercício	(27)	(90)	_	(530)	(60)	(707)
Transferência de outros grupos	(194)	(30)	_	88	106	(101)
Baixas	23	_	_	1.237	-	1.260
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(1.633)	(457)	-	(6.974)	(241)	(9.305)
Valor Contábil						
valui Cultabii						
Em 31 de dezembro de 2015	1.167	26.828	44.674	2.776	6.001	81.446

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio

Para o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado às divisões operacionais do Grupo, que representam o nível mais baixo dentro do Grupo, em que o ágio é monitorado para os propósitos da administração interna, nunca acima dos segmentos operacionais do Grupo

Unidade geradora de caixa	2016	2015
Armas	42.682	44.675

O teste de recuperabilidade para a UGC mencionada acima é realizado anualmente com base no valor justo menos as despesas de venda, o qual é estimado baseado nos fluxos de caixa descontados. Em 31 de dezembro de 2016, os testes realizados não indicaram a necessidade de constituição de provisão para perdas por impairment sobre o ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa descontados

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa de desconto dos fluxos de caixa e taxas de crescimento. As premissas utilizadas são conforme abaixo:

	Taxa de desconto	
	WACC	Taxa de crescimento médio
Unidade geradora de caixa	2016	2016
Armas	16,8%	9,4%

Taxa de desconto

A taxa de desconto para a UGC é representada por uma taxa após impostos (*pre-tax rate*) baseada nos títulos de renda fixa do tesouro norte-americano (*T-Bond*) de 20 anos, ajustadas por um prêmio de risco que reflete os riscos de investimentos em títulos patrimoniais e o risco sistemático da Unidade em questão. Foi estimada, baseada na experiência da Administração com os ativos desta UGC, a média ponderada do custo de capital da indústria em que essa UGC atua, a qual foi calculada com base em uma possível relação dívida/capital total de 22,4% para UGC Armas e de 36,9% para UGC Blindagens, a uma taxa de juros de mercado de 14%.

Taxa de crescimento e perpetuidade

As projeções estão de acordo com o *Business Plan* elaborado pela Administração da Companhia. Espera-se que o crescimento projetado das vendas esteja em linha com a curva observada em anos anteriores e em linha com o crescimento econômico do País. Após o período de projeção, foram considerados o crescimento e percentual constante de crescimento econômico (crescimento na perpetuidade).

Para cálculo da perpetuidade foi adotado uma taxa de crescimento nominal de 4,5% em linha com a expectativa de inflação de longo prazo projetado pelo BACEN e indicadores macroeconômicos publicados no relatório Focus do BACEN e no relatório Country Forecast do Economist Intelligence Unit (EIU).

18. Empréstimos e financiamentos

Os termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

						(Consolidado
					2016		2015
			Ano de	Valor	Valor	Valor	Valor
	Moeda	Taxa de juros nominal	vencimento	contratado	contábil	contratado	contábil
Empréstimos e financiamentos							
Capital de giro	R\$	CDI + 2,42 a 3,00% a.a.	2018	2.500	1.253	35.000	23.532
FINAME	R\$	2,50% a 8,70% a.a	2021	8.515	2.284	8.515	4.272
FINEP	R\$	4% a 5,25% a.a.	2020	14.095	8.348	64.240	23.059
BNDES	R\$	3,50% a.a.	2020	9.995	7.675	9.995	9.678
FNE	R\$	9,50% a.a.	2019	9.806	4.232	9.806	5.641
Adiantamento de recebíveis	R\$	24,60% a.a.	2017	6.136	6.136	54.589	54.589
Adiantamento de cambio	USD	9,80% a.a.	2017	28.358	28.065	191.948	191.948
Capital de giro	USD	Libor + 1,55% a 5,6% a.a	2021	499.162	490.990	106.400	154.932
Capital de giro	USD	3,05% a 5,20%	2016	-	-	25.037	47.923
Capital de giro	USD	80% a 100% do CDIa.a.	2019	65.072	65.466	31.390	106.183
Investimentos	USD	5,33% a.a.	2021	6.035	15.652	6.035	19.712
Investimentos	USD	Libor + 2,25% aa	2021	1.731	3.768	1.731	4.796
FINIMP	USD	Libor + 2,53% a 6,0905% aa	2016	-	-	4.178	11.889
Dell financing	USD	Custo 0%	2016		-	201	225
Total					633.869		658.379
lotai				:	000.000	=	030.379
Passivo circulante				•	60.757	=	459.193
Passivo não circulante				<u>-</u>	573.112	=	199.186

						Co	ntroladora
					2016		2015
			Ano de	Valor	Valor	Valor	Valor
	Moeda	Taxa de juros nominal	vencimento	contratado	contábil	contratado	contábil
Empréstimos e financiamentos							
Capital de giro	R\$	CDI + 2,42 a 3,00%	2018	2.500	1.253	35.000	23.532
FINAME	R\$	2,50% a 5,50%	2021	2.304	1.139	2.304	1.626
BNDES	R\$	3,50%	2020	9.995	7.675	9.995	9.678
Adiantamento de recebíveis	R\$	24,60%	2017	6.136	6.136	969	969
Adiantamentos de câmbio	USD	9,80%	2017	28.358	28.065	191.948	191.948
Capital de giro	USD	Libor + 3,41 a 5,60%	2021	424.162	422.898	31.400	89.313
Capital de giro	USD	3,05% a 3,91%	2016	-	-	21.891	47.492
Capital de giro	USD	85% a 100% do CDI	2019	65.072	65.466	31.390	106.183
FINIMP	USD	Libor + 2,23% a 4,41% aa	2016		<u>-</u>	3.170	7.879
Total					532.632	-	478.620
Passivo circulante					54.567	-	386.085
Passivo não circulante					478.065	-	92.535

Cronograma de vencimentos do passivo não circulante:

	Consolidado			Controladora		
Ano de vencimento	2016	2015	2016	2015		
2017	-	149.957	-	73.976		
2018	124.786	20.171	119.314	14.433		
2019	167.547	8.069	162.119	2.272		
2020	201.081	20.989	131.652	1.854		
2021 em diante	79.698	-	64.980	-		
	573.112	199.186	478.065	92.535		

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por notas promissórias, aplicações financeiras, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos e hipoteca de imóveis, quotas e aval de controladas. Os avais concedidos pela controladora e suas controladas estão demonstradas na nota explicativa 25 – Partes relacionadas.

Certos contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia e suas controladas contém cláusulas restritivas que limitam certas modificações societárias, entre elas: alteração do controle direto ou indireto da Companhia, redução do capital social da Companhia e/ou da sua controladora, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos aos acionistas pela Companhia e/ou sua controladora em caso de mora com qualquer das obrigações e redução de capital social da Companhia. Caso não sejam atendidas as restrições os credores poderão antecipar o vencimento.

Em dezembro de 2016 foi operacionalizado o reperfilamento de parte da dívida com o Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Itaú S.A., Banco Santander S.A. e Banco Haitong S.A. através de PPe e Debentures, que tem como garantias: fiança, alienação fiduciária, hipotecas, cessão fiduciária e penhor externo que serão compartilhados com os credores da operação de garantia internacional e credor de debentures.

O cronograma de pagamento de juros iniciou em 4 de janeiro de 2017, sendo semestral até 21 de junho de 2018, a partir desta data será pago o principal e encargos trimestrais até 14 de junho de 2021.

					2016
					Controladora
VENCIMENTOS	2018	2019	2020	2021	TOTAL
PPE	97.345	129.792	129.792	64.966	421.895
DEBENTURES	15.691	20.919	20.919	10.483	68.012
TOTAL	113.036	150.711	150.711	75.449	489.907

Cláusulas restritivas

O instrumento, que foi incluído no processo de reperfilamento de dívida assinado de dezembro/2016, prevê o vencimento antecipado em casos de descumprimento de cláusulas contratuais, que definem, dentre outras obrigações: a manutenção de determinados índices financeiros, tais como: (dívida líquida/EBITDA) igual ou inferior a 3,5 vezes em 2017 e 3,0 vezes a partir de 2018 e EBITDA/despesas financeiras líquidas igual ou superior a 1,10 vezes em 2017 e 1,20 vezes a partir de 2018, onde: dívida líquida é igual ao total das dívidas (incluindo avais e garantias) menos as disponibilidades, EBITDA é igual ao lucro antes dos impostos, juros, tributos, depreciação e amortização dos últimos 12 meses e despesas financeiras líquidas, que correspondem ao total de receitas financeiras menos despesas financeiras dos últimos 12 meses, ajustados por itens não recorrentes, tendo como garantias: fiança, alienação fiduciária, hipotecas, cessão fiduciária e penhor externo que serão compartilhadas com os credores da operação de garantia internacional e credores de debentures.

19. Debêntures

As debêntures emitidas pela Companhia, em série única, são não conversíveis em ações distribuídas no mercado secundário por meio do Sistema Nacional de Debêntures, com esforços restritos de colocação destinadas a 3ª emissão destinada à instituições bancárias.

Debêntures	Principal R\$	Data de emissão	Títulos em circulação	Encargos financeiros	2016	2015
3ª emissão (a)	100.000	13/06/2014	10.000	Taxa DI + 10,30% (2016)	68.444	116.125
				Total do Principal	68.444	127.863
				Passivo Circulante	433	94.890
				Passivo Não Circulante	68.011	32.973
				Custos de transações incorridos	3.584	2.620
				Custos de transações apropriados	2.962	1.593
				Custos de transações a apropriar	622	1.027

Cláusulas restritivas

O instrumento, que foi incluído no processo de reperfilamento de dívida assinado de dezembro/2016, prevê o vencimento antecipado em casos de descumprimento de cláusulas contratuais, que definem, dentre outras obrigações: a manutenção de determinados índices financeiros, tais como: (dívida líquida/EBITDA) igual ou inferior a 3,5 vezes em 2017 e 3,0 vezes a partir de 2018 e EBITDA/despesas financeiras líquidas igual ou superior a 1,10 vezes em 2017 e 1,20 vezes a partir de 2018, onde: dívida líquida é igual ao total das dívidas (incluindo avais e garantias) menos as disponibilidades, EBITDA é igual ao lucro antes dos impostos, juros, tributos, depreciação e amortização dos últimos 12 meses e despesas financeiras líquidas, que correspondem ao total de receitas financeiras menos despesas financeiras dos últimos 12 meses, ajustados por itens não recorrentes, tendo como garantias: fiança, alienação fiduciária, hipotecas, cessão fiduciária e penhor externo que serão compartilhadas com os credores da operação de garantia internacional e credores de debentures.

Tais índices são devidamente monitorados pela Administração. O contrato da 3ª emissão determina que os índices sejam atendidos anualmente. Tendo em vista a renegociação do contrato, tais índices não foram auferidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

20. Outras contas a pagar

	Consolid	dado	Co	ntroladora
-	2016	2015	2016	2015
Bônus de performance	191	8.068	-	-
Juros acumulados	8.703	6.190	-	-
Royalties	3.846	9.596	3.846	9.596
Seguros e frete	15.749	6.057	11.777	316
Provisões Legais	-	14.775	-	-
Provisões para passivo a descoberto				
(nota 15)	-	-	36.709	46.704
Outros (i)	9.840	3.547	5.864	5.382
	38.329	48.233	58.196	61.998
-				
Circulante	35.253	44.124	18.411	11.185
Não Circulante	3.076	4.109	39.785	50.813

21. Salários e encargos sociais

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Salários	3.296	6.505	2.108	6.478
Contribuições a recolher	10.806	10.266	4.451	3.844
Provisões férias	20.543	16.304	8.290	9.210
	34.645	33.075	14.849	19.532

22. Impostos, taxas e contribuições

	Consolidado		Coi	ntroladora
	2016	2015	2016	2015
ICMS	5.732	2.892	2.709	1.202
IPI	8.761	2.310	8.447	-
PIS	1.039	33	560	2
COFINS	4.820	155	2.578	7
IRRF	20.342	19.763	1.943	728
OUTROS	972	1.091	948	928
	41.666	26.244	17.185	2.867
Circulante	39.170	24.634	16.241	1.257
Não circulante	2.496	1.610	944	1.610

23. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência ou obrigação, e uma estimativa razoável possa ser feita.

A Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão para perdas com processos judiciais em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas conforme apresentado abaixo:

			c	Consolidado
			2016	2015
		Depósito		
	Provisão	judicial (1)	Líquido	Líquido
Trabalhistas	35.349	10.350	24.999	29.056
Cíveis	9.432	-	9.432	27.260
Tributárias	7.050	1.058	5.992	5.403
	51.831	11.408	40.424	61.719
Classificado no passivo circulante Classificado no passivo não circulante	40.090 11.741			

⁽¹⁾ Registrado em outras contas a receber no ativo não circulante.

Segue abaixo movimentação das provisões:

Cíveis e abalhistas	Tributárias	
abalhistas	Tributárias	
		Total
59.767	6.450	66.218
32.406	1.085	33.490
(34.769)	(485)	(35.254)
(12.623)	` <i>-</i>	(12.623)
44.781	7.050	51.831
		Controladora
Cíveis e		
rabalhistas	Tributárias	Total
16.107	_	16.107
6.803		6.803
(4.154)	-	(4.154)
18.756	-	18.756
	32.406 (34.769) (12.623) 44.781 Cíveis e rabalhistas 16.107 6.803 (4.154)	32.406 1.085 (34.769) (485) (12.623) - 44.781 7.050 Cíveis e rabalhistas Tributárias 16.107 - 6.803 (4.154) -

A Companhia e suas controladas possuem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível ou remoto, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requererem sua contabilização, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado						Cor	ntroladora
	3	1-12-2016	3	1-12-2015	3	1-12-2016	3	1-12-2015
	Possível	Remoto	Possível	Remoto	Possível	Remoto	Possível	Remoto
Tributário	25.893	418	7.653	418	736	-	-	_
Cível	18.123	357	13.925	4.856	11.264	206	10.415	554
Trabalhista	59.823	3.403	42.302	3.437	38.270	1.703	26.774	558
Outros	8.006	722	10.979		7.728	340	10.901	
	111.845	4.900	74.859	8.711	57.998	2.249	48.090	1.112

Hunter Douglas

A controlada Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. era parte do processo judicial que era movido pela empresa Hunter Douglas N.V. (sociedade organizada segundo as leis de Curaçao, com sede principal em Rotterdam, Holanda) contra a empresa Wotan Máquinas Ltda. relativo à cobrança originada de contrato de mútuo para financiamento às exportações firmado entre estas duas em 2001. A figuração no polo passivo da demanda era em razão da superveniente locação do parque industrial realizado com a Wotan Máquinas Ltda. no ano de 2004 por aquela controlada.

Em 26 de junho de 2015, mediante a assinatura de um Contrato Definitivo de Compra e Venda de Cessão de Crédito, a T. Investments Co. Inc., sociedade pertencente ao Grupo Taurus, com sede na cidade do Panamá, adquiriu o crédito da Hunter Douglas N.V. perante a Wotan Máquinas Ltda. e outros direitos pelo valor de USD10.250 mil. A concretização deste compromisso, resultou na aquisição da Companhia: i) crédito da Hunter Douglas N.V. perante a Wotan Máquinas Ltda.; ii) todos os direitos vinculados ou acessórios ao crédito, em especial às hipotecas e; iii) todos os direitos decorrentes do processo, diretamente vinculados ao crédito ou não.

Em 29 de abril de 2016, as partes celebraram no referido processo acordo para encerramento da lide, que foi homologado no dia 30 de junho de 2016. No acordo homologado, a Wotan Máquinas Ltda. concordou em transferir os imóveis registrados nas matrículas 63.714 e 11.400 do registro de imóveis da comarca da Gravataí (RS), para T INVESTMENTS, como quitação da obrigação.

Os imóveis foram avaliados em R\$ 14.000 (imóvel 11.400) e R\$ 15.800 (imóvel 63.714) totalizando R\$ 29.800.

A transferência não foi operacionalizada no prazo ajustado no acordo, uma vez que a WOTAN MÁQUINAS LTDA. não cumpriu condições precedentes para viabilizar a transferência, permanecendo a T INVESTMENTS como cessionária da hipoteca conforme averbações constantes nas matrículas informadas. A T INVESTMENTS CO. INC deverá promover a execução do acordo homologado para obter judicialmente a transferência dos imóveis. Importante ressaltar que os valores correspondentes a esse acordo estão 100% provisionados nas demonstrações financeiras do Grupo.

Caso Carter

O principal processo no qual a Taurus é parte, está relacionado à celebração de um acordo para pôr fim à ação judicial proposta no U.S. Court for the Southern District of Florida contra a Taurus e suas controladas nos Estados Unidos, Taurus Holdings, Inc. e Taurus International Manufacturing, Inc. (em conjunto, "Companhias"). Referido acordo resultou de ação judicial individual, Chris Carter v. Forjas Taurus, S.A. et. al., relativa a supostos defeitos apresentados em determinados modelos de pistolas de fabricação das Companhias, classificada como risco possível de perda pelos seus assessores jurídicos. Contudo, possíveis desdobramentos desta ação levaram a decisão, em abril de 2015, de celebrar tal acordo, que teve como objetivo minimizar potenciais riscos futuros para a Companhia, relacionados a uma possível mudança de patamar da ação e considerando as características específicas do ambiente jurídico norte-americano, mesmo havendo baixo histórico de defeitos reportados por clientes da Companhia.

Em 18 de julho de 2016, foi concedida a aprovação final (final approval) pelo Juízo do U.S. District Court for the Southern District of Florida. Nesta decisão também foi reconhecido o valor USD 9.000 mil a título de honorários advocatícios que deveriam ser pagos em 03 (três) parcelas anuais, previstas para: i) 15 de janeiro de 2017; ii) 15 de janeiro de 2018 e; iii) 15 de janeiro de 2019.

Entretanto, as partes negociaram e em 26 de agosto de 2016 protocolaram pedido conjunto de alteração dos termos do acordo, no que concerne exclusivamente ao pagamento dos honorários advocatícios. Na proposta apresentada ao juízo, a quantia ficou reduzida de USD 9.000 mil para USD 8.300 mil, com pagamento único. Tal quantia já foi depositada em juízo pela Taurus através de uma conta de garantia.

A liberação deste valor está condicionada à ocorrência dos seguintes fatos: (i) homologação do pedido de alteração acima mencionado; (ii) trânsito em julgado da decisão que homologou o acordo principal, após o julgamento dos recursos em andamento, exceto se no julgamento destes recursos, o acordo for inteiramente invalidado, de forma definitiva.

Cabe informar que em 18 de outubro de 2016, o juízo do U.S. District Court for the Southern District of Florida homologou o pedido de alteração mencionado no item (i) acima e passará a ser definitivo caso não haja a interposição de recurso por qualquer das partes ou de terceiros interessados no prazo legal.

Por oportuno, ratifica-se que todos os demais pagamentos referentes ao acordo, no valor total de USD 12.438 mil. foram realizados em 2015.

O acordo aprovado é resultado de uma intensa negociação e, com base na opinião de seus assessores legais norte-americanos, a administração da Taurus entende que a sua celebração foi a medida mais eficaz para pôr fim à demanda judicial em referência e seus possíveis desdobramentos, assim como aquela que envolvia o menor impacto financeiro à Companhia, evitando os riscos e possíveis efeitos adversos adicionais a que ela estaria exposta em caso de continuação do litígio.

Processos Administrativos Sancionatórios - PMESP

A Companhia foi citada para apresentar defesa em dois (02) processos administrativos promovidos pela Polícia Militar do Estado de São Paulo (Processo Sancionatório n.º CSMAM-002/30/16 e Processo Sancionatório n.º 003/30/2016 em aditamento ao Processo n.º CSMAM 01/30/14) onde está sob discussão a possibilidade ou não de descumprimento parcial ou total de contratos para aquisição e fornecimento de 98.465 (noventa e oito mil, quatrocentas e sessenta e cinco) armas de fogo, tipo pistola, modelos 24/7 e 640, entre os anos de 2007 a 2011, no primeiro processo e, também contratos para aquisição e fornecimento de 5.931 (cinco mil, novecentas e trinta e uma) armas de fogo, tipo submetralhadora, modelo SMT 40 no ano de 2011 no segundo processo e seu aditamento, no valor total de R\$ 22.681.184,00 (vinte e dois milhões, seiscentos e oitenta e um mil, cento e oitenta e quatro reais).

Em relação ao processo Sancionatório n.º CSMAM-002/30/16, a Companhia considera possível alguma perda monetária, mas como se trata de processo administrativo e está em fase inicial, não temos como estimar valores nesse momento, sendo que as sanções que a mesma está sujeita estão previstas no artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, combinada com o artigo 81 da Lei Estadual (SP) n.º 6.544/89.

Já em relação ao Processo Sancionatório n.º CSMAM 01/30/14, foi proferida decisão administrativa a qual suspendeu o direito da Companhia de contratar com a administração pública do Estado de São Paulo, sem a aplicação de qualquer pena pecuniária.

De qualquer modo, a declaração de suspensão do direito de contratar com a administração é restrita ao ente federado da autoridade declarante (Estado de São Paulo), não afetando contratações com outros Estados.

Por fim, ressalta-se que as vendas para o governo do Estado de São Paulo nos últimos 3 anos representaram menos de 1% das vendas consolidadas da Companhia no período.

Djibouti

Existe ação penal que tramita sob segredo de Justiça na 11ª Vara Federal de Porto Alegre, contra dois ex-funcionários da Companhia e um cidadão iemenita, por suposta venda irregular de armas no ano de 2013 para o Governo do Djibouti, cujo destino final alegado seria o lêmen. Embora a Companhia e seus administradores não sejam partes no processo, tão logo a Companhia tomou conhecimento da ação penal, potencialmente lesiva à sua reputação, requereu e teve deferida sua habilitação no processo, na condição de interessada, com o objetivo de bem esclarecer ao juízo sobre os fatos de seu conhecimento e prestar o apoio necessário nas investigações. Não há efeitos estimados ou provisões sobre este tema que estejam ou devam estar refletidos nas demonstrações financeiras da Companhia nesta data.

24. Instrumentos financeiros

a) Derivativos

A Companhia e suas controladas, mantém operações com instrumentos financeiros derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Abaixo resumimos nossas posições com instrumentos derivativos:

	Consolidado			Controladora
	2016	2015	2016	2015
Instrumentos financeiros derivativos ativo	-	6.920	-	6.920
Instrumentos financeiros derivativos passivo	(543)	(956)	-	
_	(543)	5.964	-	6.920

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro abaixo:

					Consolidado
	_		2016		2015
Instrumento	Moeda de contratação referente ao valor nocional	Nocional em milhares	Valor justo	Nocional em milhares	Valor justo
Swap Fixed x Libor (i)	Dólares Americanos - USD	5.711	(543)	5.711	(956)
Swap Pré x CDI (ii)	Reais – BRL			-	-
Swap Juros + V.C. USD x CDI + R\$ (iii)	Reais – BRL	-	_	100.000	6.366
Swap + CDI x V.C. USD (iii)	Reais – BRL	-	-	21.987	554
Non-deliverable forward (exportação) (iv)	Dólares Americanos - USD	_	_	_	_
Non-deliverable forward (dívida em moeda estrangeira) (v)	Dólares Americanos - USD	_	_	_	-
	<u>-</u>	5.711	(543)		5.964

- (i) Swaps moeda convencionais de Libor 6m x CDI com o intuito de fixar o fluxo de pagamento de dívidas atreladas a uma taxa pós-fixada, para uma taxa pós-fixada no mercado interno.
- (ii) Swaps convencionais de taxas fixas relacionadas aos Certificados de Recebíveis Imobiliários CRI, com objetivo de vincular a exposição de taxas de juros a uma taxa pós-fixada no mercado interno.
- (iii) Swaps convencionais de Depósitos Interbancários (DI) versus dólar com o objetivo de atrelar a dívida em reais, atrelada ao DI, para uma dívida fixa em dólar. Nesse mesmo sentido, a Companhia possui posições de swaps convencionais de dólar versus DI com o objetivo de atrelar a dívida em dólar a uma dívida em reais atrelada ao DI. Tais swaps estão atrelados às dívidas no que diz respeito a valores, prazos e fluxo de caixa.
- (iv) Non-deliverable forward (exportação) contratados para proteger um percentual da receita de exportação, com alta probabilidade de ocorrência, contra a oscilação do dólar.
- (v) Non-deliverable forward (dívida em moeda estrangeira) contratadas com o objetivo de utilizar o instrumento de hedge como proteção cambial em virtude de efeitos das flutuações de taxa de câmbio, no fluxo financeiro de contratos de financiamentos e empréstimos em moeda estrangeira.

O valor justo não representa a obrigação de desembolso imediato ou recebimento de caixa, uma vez que tal efeito somente ocorrerá nas datas de verificação contratual ou de vencimento de cada operação.

a) <u>Valor justo versus valor contábil</u>
Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

		Consolidae			
			2016		2015
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos mensurados pelo valor justo		Contabil	juoto	- Contabil	jaoto
Contratos de câmbio a termo e Swap da taxa de utilizada para operações de hedge (i)	uros —	-	-	6.920	6.920
Ativos mensurados pelo custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa (ii)		26.708	26.708	60.312	60.312
Aplicações financeiras (ii)		3.186	3.186	34.626	34.626
Contas a receber (iii)	_	150.197 180.091	150.197 180.091	192.076 287.014	192.076 287.014
Passivos mensurados pelo valor justo Contratos de câmbio a termo e <i>Swap</i> da taxa de utilizada para operações de <i>hedge</i> (i)	juros <u> </u>	543	543	<u>-</u>	
Passivos mensurados pelo custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos (iv)		599.668	474.255	411.842	368.311
Debêntures (iv) Adiantamentos de câmbio (iv)		68.444 28.065	74.276 24.698	127.863 191.948	132.423 181.081
Fornecedores e adiantamento de recebíveis (ii) Antecipação de créditos imobiliários (iv)		134.848	134.848	135.813	135.813
Antecipação de oreditos imobilianos (17)	_	831.025	708.077	867.466	817.628
_				Contro	ladora
		20	16		2015
_	Valor contábil	Va ius		/alor tábil	Valor Justo
Ativos mensurados pelo valor justo Contratos de câmbio a termo e Swap da taxa de		•			
iuros utilizada para operações de <i>hedge</i> (i)	<u> </u>		- (5.920	6.920
Ativos mensurados pelo custo amortizado Caixa e equivalentes de caixa (ii) Aplicações financeiras (ii)	1.313	1.3	. 13 15	5.822	15.822
Contas a receber e outros recebíveis (iii)	45.701	45.7	01 7	i.152	71.152
	47.014	47.0	14 86	6.974	86.974
Passivos mensurados pelo valor justo Contratos de câmbio a termo e Swap da taxa de juros utilizada para operações de hedge (i)	_		_	_	_
Passivos mensurados pelo custo amortizado Empréstimos e financiamentos (iv)	498.431	414.7	74 284	5.703 20	68.800
Debêntures (iv)	68.444	74.2			32.423
Adiantamentos de câmbio (iv)	28.065	24.6			27.578
Fornecedores e adiantamento de recebíveis (ii)	131.212	131.2			20.044
	726.152	644.9		5.558 6	48.845

- (i) O valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado no preço de mercado listado, caso disponível. Caso um preço de mercado listado não esteja disponível, o valor justo é estimado descontando da diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos). O valor justo de contratos de swaps de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade da Companhia e contraparte quando apropriado.
- (ii) Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos a receber, fornecedores, outras contas a pagar e adiantamentos de recebíveis estejam próximos aos seus valores contábeis.
- (iii) O valor justo de contas a receber e outros recebíveis é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.
- (iv) O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

De acordo com os critérios de classificação hierárquica para determinação do valor justo: *Nível 1:* preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos e idênticos, que estão acessíveis na data de mensuração; *Nível 2:* preços cotados (podendo ser ajustados ou não), para os ativos ou passivos similares em mercados ativos; e *Nível 3:* ativos e passivos, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis); a Companhia classificou contabilmente os valores justos dos instrumentos financeiros como sendo de nível 2.

25. Partes relacionadas

Efeito de resultado das transações das controladas com a

	Saldos das controladas em aberto com a controladora controlad							controladora
	Ativo circulante (ii)	Ativo não circulante (créditos com pessoas ligadas) (iii)	Total de ativo	Passivo circulante (i)	Passivo não circulante	Total de passivo	Receita	Despesa
31 de dezembro de 2015								_
Taurus Blindagens Ltda.	-	-	-	41.198	25.626	66.824	-	-
Taurus Blindagens do Nordeste Ltda.	-	-	-	-	15.572	15.572	-	-
Taurus Holdings, Inc.	-	-	-	58.726	6.290	65.016	299.544	4.484
Taurus Security Ltda.	-	547	547	-	-	-	-	-
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.	38	-	38	-	-	-	-	5.476
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	-	16.792	16.792	-	46.704	46.704	-	-
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	29.498	45.263	74.761	81.974	-	81.974	10.371	136.983
	29.536	62.602	92.138	181.898	94.192	276.090	309.915	146.943
31 de dezembro de 2016								
Taurus Blindagens Ltda.	10	-	10	777	24.056	(iv) 24.833	281	3.118
Taurus Blindagens Nordeste Ltda.	26	-	26	182	9.853	• •	24	1.560
Taurus Holdings, Inc.	13	=	13	69.258	5.250	(v) 74.508	359.711	-
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.	50	-	50	916	=	916	-	1.761
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	-	16.941	16.941	-	36.709	36.709	1.006	-
Taurus Plásticos Ltda.	17	-	17	<u>-</u>	-	-	<u>-</u>	-
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	9.639	-	9.639	26.903	-	26.903	1.288	173.057
	9.755	16.941	26.696	98.036	75.868	173.904	362.310	179.496

Refere-se a valores registrados nas rubricas fornecedores R\$ 28.014, adiantamento de clientes R\$ 41.187 e mútuos financeiros R\$ 28.835. Refere-se a valores registrados nas rubricas clientes R\$ 346, adiantamento a fornecedores R\$ 1.259 e mútuos financeiros R\$ 8.150.

⁽ii)

⁽iii)

Representam contratos de mútuo com a controladora Forjas Taurus S.A. e são atualizados a 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Representam contratos de mútuo com a controlada Taurus Blindagens Ltda. e Taurus Blindagens Nordeste Ltda. e são atualizados a 100% do CDI (iv) (Certificado de Depósito Interbancário), no montante total de R\$ 33.908.

⁽v) Refere-se à adiantamentos recebidos de clientes

As operações envolvendo a Companhia e a controlada Taurus Holdings, Inc., referemse a vendas de armas para serem comercializadas pela controlada no mercado americano.

Em relação às operações envolvendo a Companhia e a controlada Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda., referem-se à compra de produtos em processo, uma vez que a controlada realiza uma parte do processo produtivo do segmento de armas.

As transações realizadas com partes relacionadas observam condições de preços e prazos efetuados de acordo com o pactuado entre as partes.

Com os aumentos de Capital, aprovados pelo Conselho de Administração nas reuniões de 06.01.2016, 02.06.2016 e 27.06.2016, a CBC Participações S.A., controladora da Companhia, em 31 de dezembro de 2016, detinha 91,91% das ações ordinárias e 2,51% das ações preferenciais, totalizando 70,99% do capital social total da Taurus.

Em 31 de dezembro de 2016 as operações envolvendo Forjas Taurus S.A. e CBC referem-se, principalmente, à venda de armas para comercialização e, compra de munições. O montante dessas operações está demonstrado abaixo:

	Ativo circulante	Passivo circulante	Receita	Despesa
Companhia Brasileira de Cartuchos	-	25.023	61.769	25.071

Remuneração de Diretores e Conselheiros

A remuneração dos diretores e conselheiros inclui salários, honorários e benefícios:

	Cor	nsolidado	Controladora		
_	2016	2015	2016	2015	
Remuneração e benefícios dos diretores					
estatutários	6.244	6.732	6.244	6.732	
Remuneração e benefícios do conselho de					
Administração	361	545	361	545	
Remuneração e benefícios do Conselho Fiscal	540	479	540	479	
Total	7.145	7.756	7.145	7.756	

A Companhia não possui políticas de benefícios de remuneração ao pessoal-chave da Administração que se caracterizem como: benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, remuneração com base em ações ou outros benefícios de longo prazo.

Operações de diretores e conselheiros

Os diretores e conselheiros detêm percentual não material das ações com direito de voto da Companhia.

Avais entre partes relacionadas

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por notas promissórias, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos e hipoteca de imóveis. Os avais concedidos entre controladas e controladora estão demonstrados a seguir:

	2016	2015
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	42.023	151.601
Forjas Taurus S.A.	95.934	95.749
Taurus Blindagens Ltda	494.807	-
	632.764	247.350

26. Patrimônio líquido / Passivo a descoberto (controladora)

a) Capital social

Em 2016, houve 3 aumentos de capital que somaram R\$ 29.242, os quais foram aprovados nas RCA's de 06 de janeiro de 2016, 02 de junho de 2016 e 27 de junho de 2016. Dessa forma, o acionista controlador, CBC Participações S.A., passou a deter 91,91% das ações ordinárias emitidas.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da Companhia era de R\$ 393.977.026,09 (trezentos e noventa e três milhões, novecentos e setenta e sete mil, vinte e seis reais e nove centavos), representado por 58.278.569 (cinquenta e oito milhões, duzentas e setenta e oito mil, quinhentas e sessenta e nove) ações, sendo 44.642.459 (quarenta e quatro milhões, seiscentas e quarenta e dois mil, quatrocentas e cinquenta e nove) ações ordinárias e 13.636.110 (treze milhões, seiscentas e trinta e seis mil, cento e dez) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Bônus de subscrição

Aos acionistas que participaram do aumento de capital homologado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2015 foi atribuído, como vantagem adicional, um bônus de subscrição para cada ação subscrita conforme o tipo de ação. Os bônus de subscrição foram válidos até 30 de janeiro de 2017 ("Vencimento") e possuíam preço de exercício de R\$1,64 (um real e sessenta e quatro centavos), tanto para bônus de subscrição de ações ON quanto PN.

Ações preferenciais

Ações preferenciais não dão direito a dividendos diferenciados e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, no seu artigo 5º, parágrafo 4º, as ações preferenciais terão direito a voto em quaisquer deliberações da Assembleia Geral acerca das matérias abaixo indicadas, caso em que a cada ação preferencial corresponderá um voto:

- (i) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;
- (ii) aprovação da celebração de contratos entre a Companhia e seu Acionista Controlador, conforme definido no Regulamento do Nível 2, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, tais matérias devam ser submetidas à deliberação da Assembleia Geral;
- (iii) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia;
- (iv) escolha da empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia, nos termos do Capítulo VII deste Estatuto Social; e
- (v) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá apenas enquanto estiver em vigor o Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa.

Ações autorizadas (em milhares de ações)

	2016	2015
Ações ordinárias	51.851	51.851
Ações preferenciais	103.702	103.702
	155.553	155.553

Ações emitidas e totalmente integralizadas

		Pı	Preferenciais	
	Quantidade em milhares	Valor em R\$ mil	Quantidade em milhares	Valor em R\$ mil
Em 31 de dezembro de 2015 ON - R\$ 1,69 - PN - R\$ 1,13*	27.447	46.385	13.002	14.692
Em 31 de dezembro de 2016	21.441	40.303	13.002	14.092
ON - R\$ 1,61 - PN - R\$ 1,80*	44.642	71.874	13.636	24.545

^{*}Cotação de fechamento da ação na data indicada, multiplicada pelo total de ações existentes na mesma data.

b) Ajustes de avaliação patrimonial

Custo atribuído (Deemed cost)

A rubrica de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido inclui ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição para o IFRS. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente pela depreciação dos itens a que se referem ou quando da alienação dos ativos.

Valor justo de propriedades para investimentos

Conforme descrito na nota explicativa nº 14, em 2016 a Companhia reconheceu o valor justo de propriedade para investimento, de acordo com as práticas contábeis brasileiras BR GAAP e internacionais IFRS. O reconhecimento inicial de propriedades para investimento a valor justo é reconhecido no patrimônio líquido. Após o reconhecimento

inicial, o valor justo deve ser revisto anualmente e as alterações de valor justo são reconhecidas diretamente no resultado do exercício.

Ajustes acumulados de conversão

Ajustes acumulados de conversão incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior.

c) Resultado por ação

Resultado por Ação Básico	2016	2015
Prejuízo atribuível aos acionistas (em milhares de R\$)	(103.027)	(253.810)
Saldo de ações no final do exercício	58.278.569	40.448.248
Total de ações	58.278.569	40.448.248
Resultado por ação básico em R\$	(1,76784)	(6,27493)
Resultado por Ação Diluído	2016	2015
Prejuízo atribuível aos acionistas (em milhares de R\$)	(103.027)	(253.810)
Saldo de ações no final do exercício	58.278.569	40.448.248
Efeito do bônus na subscrição de ações*	34.062	778.077
Total de ações Consideradas	58.312.631	41.226.325
Resultado por ação considerando efeito bônus e diluído em R\$	(1,76585)	(6,15650)

^{*}Refere-se ao efeito do bônus de subscrição de ações, conforme descrito no item "a" desta nota explicativa.

d) Transações de capital

A reestruturação societária ocorrida em 27 de maio de 2011 envolvendo a controlada Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. e a Companhia resultou em alteração nas participações acionárias entre as partes envolvidas no montante de R\$ 40.996 o qual foi reconhecida no passivo a descoberto na conta transação de capital.

27. Receita operacional líquida

Venda de bens

A receita operacional é reconhecida quando:

- (i) Há evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador e não há mais o envolvimento contínuo com os bens vendidos;
- (ii) É provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, e;
- (iii) Os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável.

Impostos sobre vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Allquotas
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	0% a 25%
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados	0% a 45%
COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3% e 7,6%
PIS – Programa de Integração Social	0,65% e 1,65%

	Consolidado			Controladora	
	2016	2015	2016	2015	
Vendas de produtos	966.119	956.254	545.589	500.887	
Prestação de serviços	40	622	9	622	
Ajuste a valor presente	=	(7.258)	-	(2.310)	
Total de receita bruta	966.159	949.618	545.598	499.199	
Impostos sobre vendas	(109.745)	(119.054)	(39.836)	(44.000)	
Devoluções e abatimentos	(26.141)	(6.755)	(13.506)	(3.398)	
Total de receita operacional líquida	830.273	823.809	492.256	451.801	

Em razão de suas vendas possuírem vencimento de curto prazo, sendo os efeitos do calculo de ajuste a valor presente imaterial, a Companhia parou de apresentar o cálculo do valor presente em suas demonstrações financeiras.

28. Despesas por natureza

Despesas por natareza				
		Consolidado		Controladora
	2016	2015	2016	2015
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos	(637.072)	(581.736)	(447.231)	(331.956)
Despesas com vendas	(130.732)	(108.839)	(47.300)	(38.820)
Despesas gerais e administrativas	(131.981)	(122.235)	(66.110)	(49.218)
Outras despesas operacionais	(41.241)	(87.941)	(11.402)	(19.331)
-	(941.026)	(900.751)	(572.043)	(439.325)
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	(34.241)	(35.300)	(6.891)	(7.606)
Despesas com pessoal	(289.828)	(306.040)	(92.281)	(140.732)
Demandas judiciais	(22.542)	(82.548)	(9.299)	(12.636)
Despesas Tributárias	`(8.314)	-	(6.114)	· ,
Matéria prima e materiais de uso e	,		,	
consumo	(341.005)	(243.853)	(371.610)	(182.117)
Fretes e seguros	(28.711)	(35.188)	(20.311)	(15.203)
Serviços de terceiros	(52.688)	(35.676)	(21.079)	(14.854)
Propaganda e publicidade	(21.833)	(19.335)	(1.367)	(1.696)
Provisão para perda títulos Renill	-	(2.510)	-	· -
Despesas com garantia de produto	(9.167)	(4.035)	(6.781)	520
Água e energia elétrica	(15.796)	(18.752)	(2.746)	(7.922)
Viagens e estadias	(7.393)	(5.064)	(3.563)	(3.193)
Despesas com comissões	(37.964)	(23.158)	(9.862)	(3.886)
Custo do imobilizado baixado	(10.563)	(12.662)	(2.382)	(11.321)
Perdas no processo produtivo	(5.450)	(16.653)	(2.514)	(9.942)
Outras despesas	(55.531)	(59.977)	(15.243)	(28.737)
	(941.026)	(900.751)	(572.043)	(439.325)

29. Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro abrange principalmente receitas de juros sobre fundos de investimentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de hedge. O resultado financeiro é reconhecido dentro do período de competência.

		Consolidado	(Controladora
	2016	2015	2016	2015
Despesas financeiras				
Juros	(79.614)	(73.076)	(74.539)	(66.697)
Variações cambiais	(3.532)	(249.198)	(2.858)	(228.805)
IOF	(2.541)	(2.144)	(1.592)	(705)
Swap sobre operações financeiras	(9.413)	(16.746)	(9.413)	(16.746)
Ajuste a valor presente		(10.156)		(9.163)
Outras despesas	(9.518)	(8.005)	(6.047)	(1.109)
	(104.618)	(359.325)	(94.449)	(323.225)
Receitas financeiras				
Juros	3.734	6.590	3.321	7.611
Variações cambiais	96.217	86.380	88.695	79.546
Swap sobre operações financeiras	836	30.722	836	30.722
Ajuste a valor presente		11.290		2.975
Outras receitas	1.122	5.768	943	1.934
	101.909	140.750	93.795	122.788
Resultado financeiro líquido	(2.709)	(218.575)	(654)	(200.437)

30. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A suficiência da cobertura de seguros é determinada pela Administração da Companhia, que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Em 2016, a cobertura de seguros para a Companhia era a seguinte:

		2016
	Consolidado	Controladora
Danos materiais	405.792	80.000
Responsabilidade civil	197.021	15.000
Lucros cessantes	233.521	233.521

31. Provisão para garantia de produtos

A Companhia quantifica e registra uma estimativa para os custos relacionados com a garantia, de acordo com histórico e os custos de reparação atuais. A provisão para garantia do produto assegura que os custos de reparação em caso de reposição ou reparo não afetem os resultados operacionais de períodos em que ocorrem esses custos adicionais, assim os valores são provisionados por competência. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os saldos são apresentados como segue:

Consolidado	Controladora

	2016	2015	2016	2015
Mercado Interno Mercado Externo	6.590 9.936	7.054 11.079	5.122 <u>-</u>	5.586 1.477
Total	16.526	18.133	5.122	7.063
Passivo circulante Passivo não circulante	11.091 5.435	12.913 5.220	5.122	7.063

32. Eventos subsequentes

Aumento de Capital

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião ocorrida em 31 de janeiro de 2017, aprovou o aumento de capital social no montante de R\$ 10.511.814,52 (dez milhões, quinhentos e onze mil, oitocentos e quatorze reais e cinquenta e dois centavos), mediante a emissão de 6.409.643 (seis milhões, quatrocentos e nove mil, seiscentas e quarenta e três) novas ações, sendo 1.802.855 (um milhão, oitocentas e duas mil, oitocentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias e 4.606.788 (quatro milhões, seiscentas e seis mil, setecentas e oitenta e oito) ações preferenciais, todas ao preço de emissão de R\$1,64 (um real e sessenta e quatro centavos) por ação, em decorrência do exercício de 1.802.855 (um milhão, oitocentos e dois mil, oitocentos e cinquenta e cinco) bônus de subscrição classe 1 e 4.606.788 (quatro milhões, seiscentos e seis mil, setecentos e oitenta e oito) bônus de subscrição classe 2, todos emitidos no âmbito do aumento de capital da Companhia homologado em 29 de setembro de 2015.

Em razão do referido aumento, o novo capital social da Companhia passou a ser de R\$ 404.488.840,61 (quatrocentos e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e quarenta reais e sessenta e um centavos), representado por 64.688.212 (sessenta e quatro milhões, seiscentas e oitenta e oito mil, duzentas e doze) ações, sendo 46.445.314 (quarenta e seis milhões, quatrocentas e quarenta e cinco mil, trezentas e quatorze) ações ordinárias e 18.242.898 (dezoito milhões, duzentas e quarenta e duas mil, oitocentas e noventa e oito) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Além da diluição dos atuais acionistas ordinaristas da Companhia em 3,881673%, dos acionistas preferencialistas em 25,252501% e da totalidade dos acionistas em 9,908518%, não há outras consequências jurídicas e econômicas relevantes decorrentes desse aumento de capital social, uma vez que o exercício destes bônus de subscrição já estava previsto e permitido, nos termos do aumento de capital homologado na AGE de 29 de setembro de 2015.

As novas ações ordinárias e preferenciais farão jus ao recebimento de dividendos integrais que vierem a ser declarados e a todos os demais direitos e benefícios conferidos aos demais detentores de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, em igualdade de condições.

A Companhia informa ainda que os Bônus de Subscrição emitidos no âmbito do aumento de capital homologado na AGE de 29 de setembro de 2015 tiveram seu

vencimento em 30.01.2017. Dessa forma os 8.618 bônus de subscrição classe 1 e 55.628 bônus de subscrição classe 2 emitidos e não exercidos foram cancelados.

Operação com Parte Relacionada

Foi aprovada, em 24 de fevereiro de 2017, pelo Conselho de Administração da Companhia a assinatura de instrumento particular de transferência temporária de licença de operação e processos de fabricação ("contrato") viabilizando a fabricação de determinados modelos de armas longas junto à COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS ("CBC"), parte relacionada da Companhia. A vigência do contrato será de 36 (trinta e seis) meses e, além da produção de determinadas armas longas do portfólio da Companhia, o mesmo prevê também a locação de máquinas e equipamentos para a fabricação das armas longas de propriedade da Companhia. As condições estabelecidas foram determinadas com base em condições de mercado, de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos pela Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia.

Os principais objetivos do contrato são: (I) aumentar a eficiência da operação de armas longas tendo em vista os menores custos de produção da planta da CBC em Montenegro-RS, em comparação com os custos incorridos pela Companhia, ressaltando que este segmento já vinha operando com margens operacionais negativas nos últimos 2 anos; (II) permitir que a Companhia possa focar seus esforços na produção de revólveres, pistolas e armas táticas, que representam a maior parte de sua produção e melhores margens operacionais; (III) viabilizar o atendimento da demanda global de armas longas, considerando a maior capacidade instalada de fabricação da CBC; e, consequentemente, (iv) a otimização da distribuição destas armas junto a vários mercados.

De acordo com as condições pactuadas no contrato, a comercialização das referidas armas longas continuará sendo realizada pela Taurus, sendo efetivada apenas a transferência temporária de licença de operação e processos de fabricação.

Considerando que as atividades de fabricação, utilização, tráfego e comércio das armas objeto deste contrato são atividades controladas (art. 9º do Decreto 3665/2000 – "R-105"), a execução do contrato depende de autorização e regularização pelo Exército Brasileiro. Caso não sejam obtidas as necessárias autorizações, o contrato será cancelado, retornando às partes a condição original de operação, sem que nada seja devido a título de indenização ou ressarcimento.

A responsabilidade pela assistência técnica e garantia dos produtos será integralmente da fabricante das armas, nos termos do contrato. Ainda, a CBC somente poderá produzir e/ou comercializar as armas longas objeto do contrato durante a vigência do mesmo, não sendo permitida a manutenção de operação das referidas armas após o término do contrato.